



EDITAL CFM PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP

**AQUISIÇÃO DE SERVIDORES DE
REDE TIPO RACK.**

BRASÍLIA, DF – MAIO DE 2026.



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 90005/2026

NÚMERO DO PROCESSO SEI Nº 25.0.000011691-5

OBJETO:

O PRESENTE EDITAL TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES PRORROGÁVEIS, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SERVIDORES DE REDE TIPO RACK, CONFORME AS CARACTERÍSTICAS, CONDIÇÕES, OBRIGAÇÕES E REQUISITOS TÉCNICOS CONTIDOS NO EDITAL E DEMAIS ANEXOS.

CONTRATANTE UASG: 925158.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 5.411.896,30 (Cinco milhões e quatrocentos e onze mil e oitocentos e noventa e seis reais e trinta centavos).

DATA SESSÃO PÚBLICA: 12/06/2026 - 10:30h (Horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO.

Brasília – DF, MAIO de 2026.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

PREGÃO ELETRÔNICO 90005/2026

NÚMERO DO PROCESSO SEI Nº 25.0.000011691-5

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA** por meio do **Setor de Compras, Contratos e Licitações (SECOL|COLIC)** e do **PREGOEIRO** e equipe de apoio, designada pela Portaria 027/2024, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, preferência **ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO SE APLICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 O presente edital tem como objeto o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SERVIDORES DE REDE TIPO RACK**, conforme as características, condições, obrigações e requisitos contidos no **TERMO DE REFERÊNCIA** e demais anexos deste edital.

1.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão às últimas.

1.3 DO REGISTRO DE PREÇO

1.3.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.



1.3.2 **NÃO SERÁ PERMITIDA** adesão os órgãos não previamente citados aqui como Órgão Gerenciador ou Órgãos Participantes.

2. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. DIA: 12 de junho de 2026

HORÁRIO: 10:30h (horário de Brasília/DF)

Local/End. Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

CÓDIGO UASG: 925158

2.2. O **edital** poderá também ser obtido por meio do endereço eletrônico <http://www.portalmedico.org.br>, após o preenchimento do cadastro especificado na página. Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitação pelo e-mail colic@portalmedico.org.br, por correspondência endereçada ao Sr. Pregoeiro para o endereço — SGAS 616 Conj. D, Lote 115 — L2 SUL, Brasília–DF CEP 70.200-760, ou pelo telefone (61) 3445.5900.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a



responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratada, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



3.5.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada,



desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico através do sítio Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) que é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei nº 14.133, de 2021, a proposta com o preço, conforme o critério



de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros constantes no Projeto Básico.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



4.2.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.8.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.8.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.9.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL** e,

4.9.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.13. As licitantes deverão elaborar suas propostas, com observância das seguintes condições (esse subitem tem como referência à elaboração da proposta final, que será enviada com a convocação prévia do pregoeiro e após a fase de lances):

- a. Redigir sua oferta em português, sem emendas, rasuras, cotações alternativas ou entrelinhas, fazendo constar nome e o número do seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b. Indicar endereço, e-mail e telefone de contato, bem como fazer menção ao número deste Pregão, ao dia e a hora da realização de sua sessão pública;
- c. Informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados do dia útil imediatamente posterior ao indicado no preâmbulo deste Edital;



- d. **ATENÇÃO:** Consignar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observando a **PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS**, constante do Anexo II do Edital, ficando estabelecido que na hipótese de divergência entre um e outro, o(a) Pregoeiro(a) adotará os unitários para fins de apuração do real valor da proposta;
- e. Incluir no preço ofertado todos os custos decorrentes da contratação, tais como: transporte, mão de obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, fretes, taxas e outras despesas incidentes ou necessárias à perfeita execução, na forma prevista neste Edital.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa informação.

5.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2.1 MENOR PREÇO GLOBAL.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários,



comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações



públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5.9 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.1 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



6.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.3 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4 O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo que será considerado o menor preço global.

6.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7 **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo de 100,00 (cem reais).**

6.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes



apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.10.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.10.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



6.11 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensão e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



6.18.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2 Empresas brasileiras;

6.18.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



6.18.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



6.19.6 Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.19.7 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/Agente de Contratação/Comissão.

6.19.8 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19.9 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.10 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério



de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.19.11 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.12 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.13 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.14 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.15 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se



encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.16 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19.17 Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

6.19.18 Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

6.19.19 bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

6.19.20 bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.19.21 bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

6.19.22 Os licitantes classificados que estejam enquadrados, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para



igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.19.23 Caso a preferência não seja exercida, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o caso esse direito não seja exercido.

6.19.24 As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.19.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e



Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
e

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas — CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.



7.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1 Contiver vícios insanáveis;

7.6.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;

7.6.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



7.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



7.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12 Caso o Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico.



8. FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.2.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Projeto Básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.3 A documentação indicada neste Capítulo poderá ser:

8.3.1 Apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

8.3.1.1 A prova de certificação de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante



apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

8.3.1.2 O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de certificação, salvo imposição legal;

8.3.1.3 É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP–Brasil).

8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.6 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



8.7 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).



8.10 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2h (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.11 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



8.11.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.12 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.12.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.



8.15 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.17 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



9.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista



franqueada aos interessados obtido por meio do endereço eletrônico <http://www.portalmedico.org.br>, após o preenchimento do cadastro especificado na página. Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitação pelo e-mail colic@portalmedico.org.br, por correspondência endereçada ao Sr(a). Pregoeiro(a) para o endereço — SGAS 616 Conj. D, Lote 115 — L2 SUL, Brasília–DF / CEP 70.200-760, ou pelo telefone (61) 34455900.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 15.1, acima, neste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 15.1, acima, neste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.4. Multa:

- a) Moratória de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias;
- b) O atraso superior a 40 (quarenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
- c) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 15.1, de 20% a 30% do valor do Contrato;
- d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 15.1, de 15% a 20% do valor do Contrato;
- e) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 15.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato;
- f) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 15.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
- g) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 15.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:



- i. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- ii. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iii. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art.157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- iv. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.4.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.2.4.2. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.2.4.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;



- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.2.4.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.2.5. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.6. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na formado art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.2.8. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações,



não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico <http://www.portalmedico.org.br>, após o preenchimento do cadastro especificado na página. Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitação pelo e-mail colic@portalmedico.org.br, por correspondência endereçada ao Sra. PREGOEIRO para o endereço — SGAS 616 Conj. D, Lote 115 — L2 SUL / CEP 70.200-760, ou pelo telefone (61) 3445.5900.

11.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



11.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12 DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

12.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.1.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

12.1.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.



12.1.3 Nos casos de anulação e REVOGAÇÃO, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

12.1.4 O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e aos procedimentos auxiliares da licitação.

12.2 Da atuação do agente de contratação.

12.2.1 Caberá ao agente de contratação, em especial:

12.2.1.1 Conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

12.2.2.1.1.1 Encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e para homologação.

13 DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE E VIGÊNCIA

13.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Contrato.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou



aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso.

13.4. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do CFM, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e Anexos.

13.5. Na assinatura do Contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação,



para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

14 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os Licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) e por e- mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.



14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

15.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

16. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

16.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

16.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

16.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

16.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.



16.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

16.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

16.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

16.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

16.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

16.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

16.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com



vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

16.4.2 adjudicar e firmar a ata nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17 – DO REAJUSTE

17.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, de 22/01/2026.

18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da



Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e pelo endereço eletrônico <http://www.portalmedico.org.br>, após o preenchimento do cadastro especificado na página. Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitação pelo e-mail colic@portalmedico.org.br, por correspondência endereçada ao Sr(a). Pregoeiro (a) para o endereço — SGAS 616 Conj. D, Lote 115 — L2 SUL / CEP 70.200-760, ou pelo telefone (61) 34455900.



18.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

**ANEXO II – 01 - PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO
e 02 - FORMULÁRIO DE DADOS PARA ASSINATURA DE
EVENTUAL ATA;**

ANEXO III – MINUTA DE ATA;

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO;

ANEXO V – CADASTRO RESERVA.

18.12. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

18.13. A licitante vencedora assumirá a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação desta Licitação;

18.14. Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/21](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

18.15. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CFM, não eximirá a licitante vencedora de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes;



EDITAL CFM PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026.

18.16. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília–DF, de de 2026.

Assinatura eletrônica)

AUTORIDADE COMPETENTE



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

NÚMERO DO PROCESSO SEI Nº 25.0.000011691-5

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA NO
FORNECIMENTO DE SERVIDORES
DE REDE TIPO RACK.**

Brasília-DF, MARÇO de 2026.



TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE SERVIDORES DE REDE TIPO RACK

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de servidores de rede, com serviço de suporte técnico e garantia por 60 (sessenta) meses, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Aquisição Imediata	Registro de Preços
01	Servidor Rack Tipo I	2	8
02	Servidor Rack Tipo II	2	6

TABELA 1: ITENS DA CONTRATAÇÃO

1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que atendem a especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no

1.5. artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.6. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato.

1.7. Na A tabela 1 – itens da contratação, a **coluna Registro de Preço representa uma mera expectativa em favor da(s) empresa(s) licitante(s) vencedora(s), posto**



que depende da necessidade da Instituição, não estando obrigada a realizá-la em sua totalidade e não cabendo à(s) empresa(s) contratada(s) pleitear(em) qualquer tipo de reparação.

1.8. O quantitativo de registro de preço se destina à futura e exclusiva adesão de órgão do Sistema Conselhos de Medicina, que é formado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pelos Conselhos Regionais de Medicina (CRM's), conforme necessidades de cada órgão.

2 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. A solução proposta visa disponibilizar recurso computacional de memória, processamento e armazenamento para os ambientes de Banco de Dados da Instituição.

2.2. Este projeto é essencial para garantir a continuidade das operações e armazenamento do Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD) hospedados no Datacenter do CFM, permitindo o crescimento do uso de processamento e de armazenamento de dados, mantendo a alta performance e a eficiência do ambiente de servidores de rede.

2.3. Com a presente aquisição espera-se disponibilizar servidores de rede físico para instalação dos SGBDs principais, contribuindo para ampliação da capacidade de processamento e armazenamento do Datacenter Institucional.

2.4. A contratação de servidores de rede visa garantir que a infraestrutura de TI do CFM possa suportar o crescimento contínuo por processamento de dados, mantendo a performance e a eficiência necessárias para operações críticas de Datacenter. A solução proposta será um componente fundamental para o suporte às atividades e à evolução computacional dos ambientes tecnológicos que suportam os serviços de negócio a Instituição.

3 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O CFM é uma autarquia Federal que possui as atribuições constitucionais de fiscalização e normatização da prática médica. Para cumprir suas atribuições o CFM



provê serviços e sistemas informatizados, que englobam a disponibilização de informações, resoluções, documentos, publicações e plataformas de comunicação, como forma ampliar a comunicação entre o Conselho Federal, os Conselhos Regionais, os médicos e a sociedade.

3.2. Nos últimos anos, o CFM tem adquirido ativos tecnológicos para o datacenter, como storage, switchs, links de dados, servidores de rede, bem como desenvolvidos sistemas e aplicações que atendam a atribuição precípua da Instituição, como por exemplo: Sistema de Prescrição Eletrônica (PPE), Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PAe), Sistema Eletrônico de Informação (SEI) disponibilizados para os 27 CRMs que compõem o Sistema Conselhos de Medicina. Sendo os principais sistemas Institucionais hospedados no ambiente computacional interno, demandando recurso de processamento, memória, armazenamento e de rede do datacenter.

3.3. Os atuais servidores de rede instalados no Data Center do Conselho Federal de Medicina (CFM) encontram-se insuficientes para atender as necessidades e demandas tecnológicas dos serviços, aplicativos e sistemas, sobretudo, dos SGBD que necessitam de recursos de hardware para alcançar bom desempenho, capacidade e comunicação em alta velocidade.

3.4. A aquisição de hardwares é um dos projetos que compõem o alinhamento estratégico do Setor de Tecnologia da Informação (COINF) com o Planejamento Estratégico do CFM, representando parte de um conjunto de ações que visam desencadear a modernização da infraestrutura de TI do centro de dados instituição.

3.5. A oferta de ferramentas tecnológicas serve de apoio e alavanca operacional para o cumprimento da missão institucional, tornando-se um grande desafio para o Setor de Infraestrutura de TI (SEINF) atender todas as demandas e evitar o estrangulamento dos serviços.

3.6. Para definição das características técnicas e quantidade dos equipamentos, foram adotadas as premissas de alta disponibilidade, segurança, desempenho e escalabilidade.



3.7. Diante desse cenário, ampliar a capacidade dos servidores e da comunicação de rede do CFM é essencial para atender os projetos que necessitam de recursos de TI, bem como garantir a continuidade e um desempenho satisfatório do ambiente de TI, essenciais a prestação de serviços de qualidade para a Instituição e consequentemente para a sociedade.

3.8. Assim, o objetivo desta contratação é aquisição de Servidores de rede a fim de ampliar a capacidade de memória e processamento no datacenter Institucional, objetivando manter de forma eficiente e eficaz a continuidade e a sustentação das atividades de negócio do CFM.

4. DA ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

4.1. ITEM 01 – SERVIDOR RACK TIPO I

4.1.1. Os equipamentos entregues deverão possuir todos os componentes e as mesmas características do equipamento ofertado no edital, sendo aceitos componentes e especificações superiores.

4.1.2. Não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora as condições normais recomendadas pelo fabricante, ou dos componentes, tais como, alterações de frequência de *clock* (*overclock*), características de disco ou memória, e drivers não recomendados pelo fabricante do equipamento.

4.1.3. Os equipamentos devem ser novos, sem uso, e estarem em linha de produção na data de abertura do pregão.

4.1.4. Deverão ser entregues todos os cabos, drivers e manuais necessários à sua instalação bem como a de seus componentes.

4.1.5. CHASSI

4.1.5.1. O equipamento fornecido deverá ser compatível com rack de servidores, padrão 19", ocupando, no máximo, 2 (duas) unidade de rack (2U) de forma a abrigar todas as controladoras, gavetas e elementos de alimentação elétrica de acordo com o recomendado pelo fabricante do equipamento.

4.1.5.2. Possuir botão liga/desliga na parte frontal do equipamento.



4.1.5.3. Possuir display ou LED's frontais embutidos no gabinete para monitoramento das condições de funcionamento dos principais componentes do servidor através da exibição de alertas de falha, minimamente como: falhas de memória RAM, falhas de fontes de alimentação, falhas de disco rígido e falhas de refrigeração.

4.1.5.4. Possuir ventiladores hot-plug com redundância, configurados em sua totalidade para suportar a configuração máxima do equipamento.

4.1.5.5. Deve acompanhar todos os acessórios (trilhos deslizantes, braços organizadores de cabos, suportes, conectores, parafusos, roscas, porcas, etc.) próprios para a montagem em racks de 19".

4.1.5.6. O servidor e seus componentes deverão ser novos, sem utilização anterior e em linha de fabricação na data da entrega.

4.1.6. PLACA PRINCIPAL

4.1.6.1. Possuir instruções que implementem extensões de virtualização de I/O;

4.1.6.2. Deve possuir chip de segurança chip TPM (Trusted Platform Module) integrado, versão 2.0 ou superior;

4.1.6.3. Atualização da BIOS deverá ser por meio de interface gráfica, através de utilitário próprio do fabricante;

4.1.7. BIOS

4.1.7.1. Tipo Flash EPROM, atualizável por software com o padrão *plug-and-play*, sendo suportada a atualização remota da BIOS por meio de software de gerenciamento.

4.1.7.2. Desenvolvida pelo fabricante em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>). A compatibilidade com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na **categoria Promoters**.

4.1.7.3. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede.

4.1.7.4. Permitir a inserção do número do patrimônio e acesso ao número de série do equipamento na própria BIOS.

4.1.7.5. BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 ou ISO/IEC 19678 e NIST 800-193 baseado nos padrões de mercado de maneira a usar



métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da BIOS antes de passar o controle de execução a mesma.

4.1.7.6. A BIOS e suas ferramentas deverão possuir interface acessível através de teclado e mouse.

4.1.7.7. A BIOS deve possuir uma cópia de segurança armazenada localmente ou na nuvem, através da qual o equipamento é capaz de realizar a validação de integridade da BIOS do sistema, garantindo assim que a versão utilizada esteja íntegra, sem alteração geradas por códigos maliciosos.

4.1.7.8. A BIOS deve possuir no próprio hardware, cópia de segurança capaz de restaurar automaticamente, caso a BIOS seja corrompida ou ocorra falha durante sua atualização.

4.1.7.9. A Deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicialização o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS;

4.1.7.10. Deverá permitir salvar as configurações em arquivo e carregá-las em outro equipamento do mesmo modelo facilitando a aplicação automatizada de configurações e políticas de segurança.

4.1.7.11. Deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos copyright sobre essa BIOS, comprovados através de declaração fornecida pelo fabricante do equipamento, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas.

4.1.7.12. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante.

4.1.7.13. Possuir suporte ACPI (*Advanced Configuration and Power Interface*).

4.1.7.14. Deve ter a função de auto recuperação no caso de erro/corrompimento da BIOS no momento da atualização.

4.1.7.15. Deverá permitir acesso remoto ao sistema operacional e processo de inicialização do microcomputador por meio de interface gráfica, com controle remoto do mouse e teclado, independentemente do suporte de aplicações locais ou estado do sistema operacional. Deverá funcionar perfeitamente em ambiente com 802.1X e



MS-CHAP V2. A tecnologia de gerenciamento remoto deve solicitar ao usuário código de acesso ou senha e sinalizar enquanto o equipamento estiver sendo acessado.

4.1.8. PROCESSADOR

4.1.8.1. Possuir 01 (um) processador de arquitetura x86, projetados para utilização em servidores e suporte a virtualização, que esteja em sua versão mais atual disponível pelo fabricante.

4.1.8.2. Deve possuir Velocidade (*clock*) base de, no mínimo, 4.1 GHz.

4.1.8.3. Possuir 16 (dezesesseis) núcleos.

4.1.8.4. Memória cache L3 de no mínimo 512 MB.

4.1.8.5. O modelo do processador ofertado deverá ser explicitado na proposta de fornecimento.

4.1.8.6. **O processador deverá estar em linha de produção pelo fabricante, sendo aceitos apenas modelos de processador que estejam na última versão.** Não serão aceitos processadores descontinuados.

4.1.8.7. **TDP** (*Thermal Design Power*) básica de no máximo 320W;

4.1.8.8. Processador com performance, mínima 60000 (sessenta mil) pontos, no *Performance Test 10* da Passmark software. O desempenho será comprovado por intermédio de resultados BenchMark, disponível em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php), até a data de abertura do pregão.

4.1.8.9. Deverá ser fornecido o modelo de processador, que não poderá constar na lista de fim de vida (EOL) ou de vendas (EOS) nos próximos 06 (seis) meses à da de abertura o certame.

4.1.8.10. O processador deve possuir instruções AVX e extensões de virtualização.

4.1.8.11. Tecnologia de ajuste dinâmico do consumo de energia através do controle do clock e voltagem do processador baseado na utilização da CPU.

4.1.9. MEMÓRIA RAM

4.1.9.1. Deve possuir 512 GB (quinhentos e doze) Gigabytes de memória RAM.

4.1.9.2. Deverá suportar, no mínimo, escalabilidade para 1 TB de memória sem a substituição dos módulos já instalados na configuração ofertada, através da aquisição



de módulos de Memória RAM, ou seja, deverá ser ofertado com quantidade de slots de memória livres suficientes para expandir o servidor até pelo menos 1 TB.

4.1.9.3. Memória RAM principal DDR4 (ou superior) RDIMM ou LRDIMM, de 6.400 MHz (seis mil e quatrocentos megahertz), com detecção e correção de erros (ECC) ou correção avançada de erros (Advanced ECC ou SDDC).

4.1.9.4. Todos os pentes de memória devem ser obrigatoriamente do mesmo tamanho.

4.1.10. PORTAS DE ENTRADA/SAÍDA

4.1.10.1. Possuir as seguintes portas situadas na parte traseira do gabinete:

- i. No mínimo 1 (uma) porta de vídeo VGA padrão DB-15.
- ii. No mínimo 2 (duas) portas USB 3.0 ou superior.

4.1.10.2. Possuir as seguintes portas situadas na parte frontal do gabinete:

- i. No mínimo 1 (uma) porta USB 2.0 ou superior.

4.1.11. CONTROLADORA HBA

4.1.11.1. O equipamento deve possuir, no mínimo, 02 (duas) portas padrão Fibre Channel, que permita ligações de 8 Gb/s, 16 Gb/s e 32 Gb/s, com respectivos transceivers SW LC de 32Gb, instaladas em slot PCI-Express versão 3.0 de oito vias (x8) ou superior e com seguintes especificações:

4.1.11.2. Deve ser fornecida com 02 cordões óticos do tipo LC com, no mínimo 3 metros, acompanhado de seus respectivos Transceivers SW com suporte a 32GB/s, compatíveis **com as interfaces instaladas. Os transceivers fornecidos deverão ser do mesmo fabricante.**

4.1.11.3. Operar nas velocidades de 8Gb/s, 16Gb/s e 32Gb/s.

4.1.11.4. Operar em modo full-duplex.

4.1.11.5. Suporte a fibre channel classes 2 e/ou 3.

4.1.12. INTERFACES DE REDE 1GB

4.1.12.1. O servidor deverá possuir no mínimo 2 (duas) portas 1GbE (um gigabit ethernet), com interfaces RJ45 com as seguintes especificações:

- i. Suporte a PXE.
- ii. Suporte a autonegociação.



4.1.12.2. Suporte a agregação de tráfego (LACP, IEEE 802.3ad) / redundância usando teaming Channel Bonding”.

4.1.12.3. Suporte a Jumbo Frame.

4.1.12.4. Suporte a controle de fluxo 802.3x

4.1.12.5. Interface compatível com RJ-45.

4.1.12.6. Indicador (LED) de atividade da rede.

4.1.12.7. Capacidade de operação full-duplex.

4.1.12.8. Não deverão ser contabilizadas portas de uso exclusivo para gerenciamento interno do equipamento.

4.1.13. INTERFACES DE REDE 25GB

4.1.13.1. O servidor deverá possuir no mínimo 2 (duas) portas do tipo SFP28 com suporte a 10Gbase-SR e 25GBase-SR, com conector LC.

4.1.13.2. Deve ser fornecida com 02 (dois) cordões óticos do tipo LC-LC com, no mínimo 3 metros cada, acompanhado de 2 (dois) transceivers SFP28, cada cordão ótico, com suporte a 10Gbase-SR e 25GBase-SR compatíveis com as interfaces instaladas.

4.1.14. CONTROLADORA RAID

4.1.14.1. Controladora RAID de discos internos com as seguintes características técnicas:

4.1.14.2. Suportar drives SSD (*Solid-State Drive*) e HDD (Hard Disk Drive).

4.1.14.3. Memória cache de no mínimo 8GB de capacidade.

4.1.14.4. Proteção da cache através de memória flash não volátil.

4.1.14.5. Suportar RAID 0, 1, 5, 6, 10, 5+0 e 6+0, via hardware.

4.1.14.6. Possuir canais SAS 12 Gb/s, suficientes para suportar a quantidade máxima de discos do servidor.

4.1.14.7. Permitir expansão de volumes de forma on-line.

4.1.14.8. Permitir migração de RAID de forma on-line.

4.1.14.9. Permitir implementação de drives hot-sparing no formato global e dedicado.

4.1.14.10. Suportar tecnologia S.M.A.R.T.

4.1.15. ARMAZENAMENTO



4.1.15.1. Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (Solid State Drive) EDSFF E3.S.

4.1.15.2. Utilização de padrão NVMe com interface PCI express Gen5 ou superior.

4.1.15.3. Possuir, no mínimo, 10 (dez) discos NVMe.

4.1.15.4. Capacidade, mínima, de 1.92TB cada disco.

4.1.15.5. Discos padrão *hot-pluggable*.

4.1.16. FONTE DE ALIMENTAÇÃO

4.1.16.1. Possuir fontes de alimentação hot-plug em redundância (1+1).

4.1.17. Cada fonte de alimentação deve possuir:

4.1.17.1. Eficiência energética de no mínimo 92% (80Plus Platinum ou Titanium) quando em carga de 50%, com potência mínima de 1100W, suficientes para operação do servidor em sua configuração máxima.

4.1.17.2. Suportar e operar nas faixas de tensão de entrada de 100-240 VAC em 60 Hz.

4.1.17.3. Possuir LED indicador de status que permita monitor e diagnosticar as condições de funcionamento da mesma.

4.1.17.4. Devem vir acompanhadas de cabos de alimentação com amperagem compatível com a potência da fonte de alimentação.

4.1.17.5. Cabos de alimentação com conector padrão IEC C13/C14 ou C13/NBR14136 e amperagem compatível com a potência da fonte de alimentação.

4.1.18. SISTEMA OPERACIONAL

4.1.18.1. O equipamento proposto não deverá vir acompanhado de sistema operacional.

4.1.19. COMPATIBILIDADE COM SISTEMAS OPERACIONAIS

4.1.19.1. O modelo do servidor ofertado deve estar certificado para o sistema operacional Windows Server 2019 x64 ou posterior, comprovado no Windows Server Catalog da Microsoft.

4.1.19.2. O modelo do servidor ofertado deve apresentar compatibilidade comprovada para o sistema de virtualização VMWare ESX 8.0 ou posterior, comprovado no Guia de Compatibilidade da VMWare.



4.1.20. GERENCIAMENTO

4.1.20.1. Deverá fornecer um conjunto de hardware e software de gerência, do mesmo fabricante do servidor, compatível com o padrão IPMI 2.0 e/ou SNMP que possibilite o gerenciamento remoto através de controladora de gerenciamento integrada com porta RJ-45 dedicada, e software de gerenciamento que ofereça as seguintes funções para a solução ofertada.

4.1.20.2. Permitir o monitoramento remoto, de todo o hardware das condições de funcionamento dos equipamentos e seus componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladora RAID, discos, fontes de alimentação, NICs e ventiladores;

4.1.20.3. Trabalhar com console remoto que ofereça controle pleno do servidor, isto é, com funcionalidades de uma console local independente do funcionamento do sistema operacional.

4.1.20.4. Ligar e desligar o servidor remotamente.

4.1.20.5. Receber alertas de pré-falhas e defeitos de discos e memórias.

4.1.20.6. Possibilidade de emissão de inventário de hardware.

4.1.20.7. Deve possuir interface ethernet dedicada, suportando alocação fixa de endereço IP.

4.1.20.8. Fornecer recursos de hardware e software para acesso ao console (vídeo, teclado e mouse) de cada servidor.

4.1.20.9. Permitir redirecionamento de mídia (mídia virtual).

4.1.20.10. Controle dos servidores via KVM Virtual (Teclado, Vídeo e Mouse) dispensando o uso de switches KVM.

4.1.20.11. Permitir acesso a BIOS remotamente.

4.1.20.12. Suporte a SSL, SSH e SNMP v3

4.1.20.13. Integração com o AD (Active Directory).

4.1.20.14. Suporte ao LDAP (Lightweight Directory Access Protocol).

4.1.20.15. Permitir acesso através de navegador web (sem necessidade de cliente específico).



4.1.20.16. Operar independentemente da CPU do servidor e do sistema operacional, mesmo se a CPU ou o sistema operacional estiverem travados ou inacessíveis de alguma forma.

4.1.20.17. Permitir a criação de grupos de usuários.

4.1.20.18. Deve o software de gerência ser do mesmo fabricante do hardware.

4.1.20.19. Deve o fornecedor dos equipamentos implementar e configurar toda a solução de gerenciamento (KVM Virtual mencionado acima).

4.1.20.20. Permitir a instalação, update e configuração remota de sistemas operacionais, drivers e firmwares, através de solução de *deployment* compatível com a solução ofertada;

4.1.20.21. Deve possibilitar o download automático de atualizações de firmwares, BIOS e drivers diretamente do site do fabricante ou repositório local;

4.1.20.22. Permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto, compartilhamentos de rede NFS/CIFS e dispositivos de armazenamento USB remotos;

4.1.20.23. Deve possuir funcionalidade que permita que os discos locais do servidor sejam apagados de forma definitiva através de tecnologia de regravação de dados ou similar. Esta funcionalidade deve possibilitar que sejam definitivamente apagados quaisquer disco dentro do servidor, suportando, no mínimo discos físicos (HDDs), discos criptografados (SEDs) e dispositivos de memória não volátil (SSDs e NVMe);

4.1.20.24. As atualizações de firmwares, BIOS e drivers devem possuir tecnologia de verificação de integridade do fabricante, de modo a garantir a autenticidade do servidor;

4.1.21. COMPONENTES E ACESSÓRIOS

4.1.21.1. O fabricante do servidor deve disponibilizar em seu site, download gratuito de todos os drivers, BIOS e firmwares dos componentes que compõem este servidor.

4.1.21.2. Deverá ser fornecido kit de trilhos e braço organizador de cabos, ambos do mesmo fabricante do servidor ofertado, para fixação dos servidores em rack 19 polegadas padrão EIA-310D.



4.1.21.3. Os trilhos devem permitir o deslizamento do servidor a fim de facilitar a manutenção.

4.1.21.4. Devem acompanhar todos os cabos e conectores necessários à instalação e utilização do equipamento.

4.1.21.5. Cabos de alimentação elétrica do tipo NBR 14136 e C13/C14.

4.1.22. GARANTIA

4.1.22.1. Os equipamentos deverão ter garantia de funcionamento do fabricante pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.1.22.2. Suporte e garantia consistem em um serviço de prestação de assistência intelectual, tecnológica e material os itens da solução sob cobertura contratual, complementada pela garantia da operacionalidade dos equipamentos por meio de troca/substituição de componentes em falhas e atualizações de firmware/software embarcados para correção de falhas e aprimoramento dos requisitos de segurança da informação.

4.1.22.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar Central de atendimento para recebimento e registro da demanda do CONTRATANTE em regime 24 x 7, ou seja, 24 horas contínuas do dia, em todos os dias da semana. O registro dos chamados deverá ser identificado por número de protocolo e informado ao CONTRATANTE.

4.1.22.4. Na hipótese de riscos de descontinuidade operacional dos equipamentos envolvidos no atendimento, devido à necessidade de aplicação de solução de correção ou atualização, a intervenção técnica poderá ser agendada fora de horário comercial.

4.1.22.5. Os equipamentos (hardware) deverão estar cobertos pelo suporte técnico e garantia durante a vigência do contrato.

4.1.22.6. Durante todo o período de garantia e suporte técnico, a CONTRATADA deverá garantir o funcionamento dos equipamentos e deverá prestar serviços de assistência técnica a solução (aos equipamentos e ao software de backup) por meio de manutenção preventiva, manutenção corretiva, troca e reposição de componentes, sem ônus para o CONTRATANTE.



4.1.22.7. A CONTRATADA poderá realizar manutenções preventivas a pedido do CONTRATANTE ou por iniciativa própria desde que se estabeleça junto ao CONTRATANTE um agendamento prévio para tais atividades.

4.1.22.8. Caberá ao CFM requisitar o suporte técnico, ficando a CONTRATADA obrigada a realizá-lo, nos prazos máximos definidos no item 9.1.20 – Níveis Mínimos de Serviços.

4.1.22.9. A solução de defeito apresentado na solução deverá ser realizada por técnico especializado, a ser realizado nas instalações da unidade do CONTRATANTE situada na Asa Sul, Brasília -DF, que consertará a peça defeituosa ou a substituirá por outra com característica e qualidade iguais ou superiores ou efetuará a configuração ou reparação do software para o seu pleno funcionamento.

4.1.22.10. As peças e equipamentos que apresentarem defeitos deverão ser reparados e/ou trocados e todas as despesas inerentes à reposição e transporte destes correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus.

4.1.22.11. A CONTRATADA deverá substituir, sem ônus adicionais, quaisquer peças e/ou componentes dos equipamentos, mecânicos ou eletrônicos, que se encontrem quebrados, com defeitos ou gastos pelo uso normal, por um de qualidade e desempenho idênticos ou superiores, novos e de primeiro uso, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE.

4.1.22.12. Entende-se por término de atendimento a disponibilidade do equipamento para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, juntamente com o recebimento, pela CONTRATANTE, do relatório técnico de atendimento emitido pela CONTRATADA.

4.1.22.13. O relatório técnico de atendimento emitido pela CONTRATADA deverá conter, no mínimo: data e hora da solicitação, do início e do término do atendimento, identificação do problema e providências adotadas, além das demais informações pertinentes.



4.1.22.14. A CONTRATADA deverá prestar todas as informações solicitadas pelo CONTRATANTE sobre o andamento do atendimento do suporte e de garantia imediatamente ao ser solicitado.

4.1.22.15. Para a execução de atendimento de instalação ou desinstalação de quaisquer soluções ou equipamentos, é necessária autorização da CONTRATANTE.

4.1.22.16. No caso de substituição de peças, componentes e/ou equipamentos, a CONTRATADA deverá informar: data e hora da solicitação da peça, componente ou do novo equipamento e data e hora da substituição da peça, componente ou de entrega do novo equipamento.

4.1.22.17. É garantido à CONTRATADA o direito de contestação dos resultados da apuração dos tempos para atendimento do serviço de suporte técnico, bem como de apresentar as justificativas que se fizerem necessárias.

4.1.22.18. Regras para o serviço de atendimento do serviço de suporte técnico envolvendo resolução de incidentes e/ou problemas:

4.1.22.19. Regras e prazos para o serviço de suporte técnico uma vez constatada necessidade de configuração da solução, ajustes, substituição de peças, componentes e equipamentos:

4.1.22.20. Iniciado o atendimento e detectada a necessidade de substituição de peças e/ou componentes, o prazo máximo para o reparo será de 168 (cento e sessenta e oito) horas corridas, a contar do registro de tal fato no chamado aberto pelo CONTRATANTE.

4.1.22.21. Iniciado o atendimento e detectada a necessidade de substituição de um dos equipamentos, o prazo máximo para a troca será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do registro do fato no chamado aberto pelo CONTRATANTE.

4.1.22.22. Caso seja necessária a substituição do servidor de backup simultaneamente, de forma que a rotina de backup do CFM esteja paralisada em função do defeito, a CONTRATADA deverá fornecer ao menos um servidor de backup substituto de configurações iguais ou superiores em até 72 (setenta e duas) horas a contar da constatação da necessidade. O(s) servidor(es) substituto(s) deve(m) ficar nas instalações do CFM até que os originais sejam substituídos.



4.1.22.23. As peças, componentes e equipamentos trocados deverão ser novos (não utilizados ou recondicionados) e homologados pelo Fabricante, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE.

4.1.22.24. As novas peças, componentes e equipamentos deverão ter especificação igual ou superior àqueles substituídos.

4.1.22.25. Todas as solicitações de suporte técnico devem ser registradas pela CONTRATADA, para acompanhamento e controle da execução do serviço.

4.1.22.26. A CONTRATADA deverá dispor de equipe técnica qualificada para a prestação de todos os serviços técnicos previstos neste Termo de Referência.

4.1.22.27. Os serviços técnicos deverão sempre ser executados por profissionais que detenham os conhecimentos requeridos para a execução dos serviços detalhados em Ordem de Serviços ou Chamados Técnicos.

4.1.22.28. A execução dos serviços técnicos deverá ser realizada pela CONTRATADA ou diretamente pelo fabricante com acompanhamento e supervisão da área técnica do CONTRATANTE.

4.1.22.29. Os serviços técnicos deverão ser executados nas dependências do CONTRATANTE.

4.1.22.30. O serviço de suporte técnico deverá ser prestado no idioma português.

4.1.22.31. Caso a CONTRATADA não consiga executar a Ordem de Serviço ou Chamado Técnico conforme as condições demandadas, deverá comunicar ao fiscal por escrito, justificando os fatos e motivos que impediram sua execução, cabendo ao gestor acatar ou não a justificativa.

4.1.22.32. A CONTRATADA deverá realizar a verificação da qualidade antes da entrega dos produtos gerados, visando artefatos livres de defeitos e de desconformidades. O CONTRATANTE também realizará a sua verificação da qualidade com vistas ao aceite dos produtos gerados pela CONTRATADA, utilizando os critérios de aceitação inclusos de acordo com cada Chamado Técnico.

4.1.22.33. Os casos de atrasos deverão ser motivados, explicando as razões que os fundamentaram.



4.1.22.34. Versões eletrônicas de todos os artefatos envolvidos no Chamado Técnico (quando possível) devem ser entregues à Fiscalização.

4.1.22.35. Os atrasos não justificados ou não aceitos pela fiscalização do contrato estarão sujeitos à aplicação das sanções cabíveis.

4.1.23. Níveis Mínimos de Serviços- criticidade dos chamados

4.1.23.1. **Criticidade 1:** Alto impacto na operação do CONTRATANTE, caracterizado por interrupção completa do serviço de backup ou da restauração de dados a partir da solução de backup (software e hardware).

4.1.23.2. **Criticidade 2:** Impacto parcial na operação do CONTRATANTE, caracterizado por degradação do serviço de backup relacionada ao funcionamento da solução, perda de funcionalidades ou comportamento suspeito.

4.1.23.3. **Criticidade 3:** Impacto mínimo na operação do CONTRATANTE, caracterizado por perda ou degradação mínima de funcionalidades não críticas dos equipamentos.

4.1.23.4. Os chamados técnicos para resolução de incidentes e/ou problemas, não levando em conta os prazos extras necessários para as substituições de peças, componentes ou equipamentos, deverão cumprir os seguintes prazos de atendimento e conclusão de acordo com os níveis de criticidade.

4.1.23.5. Para os casos de criticidade 1, o tempo máximo para início de atendimento deve ser 4 horas, e o tempo máximo para conclusão deve ser até o próximo dia útil.

4.1.23.6. Para os casos de criticidade 2, o tempo máximo para início de atendimento deve ser 12 horas, e o tempo máximo para conclusão deve ser de até 2 dias úteis.

4.1.23.7. Para os casos de criticidade 3, o tempo máximo para início de atendimento deve ser 24 horas, e o tempo máximo para conclusão deve ser de até 3 dias úteis.

Criticidade	Prazo para início do atendimento a partir da abertura do chamado	Prazo para conclusão do atendimento a partir da abertura do chamado
1	4 horas	Próximo dia útil
2	12 horas	2 dias úteis
3	24 horas	3 dias úteis



Tabela 2 – Criticidade e tempo de resposta

4.1.23.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.1.23.9. Orientações sobre Suporte e Utilização.

4.1.23.10. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, deve ser fornecida para o corpo técnico do CFM orientação necessária sobre acionamento tanto do suporte da CONTRATADA quanto da garantia do fabricante dos equipamentos.

4.1.23.11. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, deve ser fornecida para o corpo técnico do CFM orientação necessária sobre a utilização dos equipamentos.

4.2. ITEM 02 – SERVIDOR RACK TIPO II

4.2.1. CHASSI

4.2.1.1. O equipamento fornecido deverá ser compatível com rack de servidores, padrão 19”, ocupando, no máximo, 2 (duas) unidade de rack (2U) de forma a abrigar todas as controladoras, gavetas e elementos de alimentação elétrica de acordo com o recomendado pelo fabricante do equipamento.

4.2.1.2. Possuir botão liga/desliga na parte frontal do equipamento.

4.2.1.3. Possuir display ou LED’s frontais embutidos no gabinete para monitoramento das condições de funcionamento dos principais componentes do servidor através da exibição de alertas de falha, minimamente como: falhas de memória RAM, falhas de fontes de alimentação, falhas de disco rígido e falhas de refrigeração.

4.2.1.4. Possuir ventiladores hot-plug com redundância, configurados em sua totalidade para suportar a configuração máxima do equipamento.

4.2.1.5. Deve acompanhar todos os acessórios (trilhos deslizantes, braços organizadores de cabos, suportes, conectores, parafusos, roscas, porcas, etc.) próprios para a montagem em racks de 19”.



4.2.1.6. O servidor e seus componentes deverão ser novos, sem utilização anterior e em linha de fabricação na data da entrega.

4.2.2. PLACA PRINCIPAL

4.2.2.1. Possuir instruções que implementem extensões de virtualização de I/O;

4.2.2.2. Deve possuir chip de segurança chip TPM (Trusted Platform Module) integrado, versão 2.0 ou superior;

4.2.2.3. Atualização da BIOS deverá ser por meio de interface gráfica, através de utilitário próprio do fabricante;

4.2.3. BIOS

4.2.3.1. Tipo Flash EPROM, atualizável por software com o padrão plug-and-play, sendo suportada a atualização remota da BIOS por meio de software de gerenciamento.

4.2.3.2. Desenvolvida pelo fabricante em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>). A compatibilidade com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na **categoria Promoters**.

4.2.3.3. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede.

4.2.3.4. Permitir a inserção do número do patrimônio e acesso ao número de série do equipamento na própria BIOS.

4.2.3.5. BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 ou ISO/IEC 19678 e NIST 800-193 baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da BIOS antes de passar o controle de execução a mesma.

4.2.3.6. A BIOS e suas ferramentas deverão possuir interface acessível através de teclado e mouse.

4.2.3.7. A BIOS deve possuir uma cópia de segurança armazenada localmente ou na nuvem, através da qual o equipamento é capaz de realizar a validação de integridade da BIOS do sistema, garantindo assim que a versão utilizada esteja íntegra, sem alteração geradas por códigos maliciosos.



4.2.3.8. A BIOS deve possuir no próprio hardware, cópia de segurança capaz de restaurar automaticamente, caso a BIOS seja corrompida ou ocorra falha durante sua atualização.

4.2.3.9. A Deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicialização o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS;

4.2.3.10. Deverá permitir salvar as configurações em arquivo e carregá-las em outro equipamento do mesmo modelo facilitando a aplicação automatizada de configurações e políticas de segurança.

4.2.3.11. Deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos copyright sobre essa BIOS, comprovados através de declaração fornecida pelo fabricante do equipamento, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas.

4.2.3.12. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante.

4.2.3.13. Possuir suporte ACPI (*Advanced Configuration and Power Interface*).

4.2.3.14. Deve ter a função de auto recuperação no caso de erro/corrompimento da BIOS no momento da atualização.

4.2.3.15. Deverá permitir acesso remoto ao sistema operacional e processo de inicialização do microcomputador por meio de interface gráfica, com controle remoto do mouse e teclado, independentemente do suporte de aplicações locais ou estado do sistema operacional. Deverá funcionar perfeitamente em ambiente com 802.1X e MS-CHAP V2. A tecnologia de gerenciamento remoto deve solicitar ao usuário código de acesso ou senha e sinalizar enquanto o equipamento estiver sendo acessado.

4.2.4. PROCESSADOR

4.2.4.1. Possuir 02 (dois) processadores de arquitetura x86, projetados para utilização em servidores e suporte a virtualização, que esteja em sua versão mais atual disponível pelo fabricante.

4.2.4.2. Deve possuir Velocidade (clock) base de, no mínimo, 3.5 GHz.



4.2.4.3. Possuir no mínimo 48 (quarenta e oito) núcleos.

4.2.4.4. Memória cache L3 de no mínimo 256 MB.

4.2.4.5. O modelo do processador ofertado deverá ser explicitado na proposta de fornecimento.

4.2.4.6. **O processador deverá estar em linha de produção pelo fabricante, sendo aceitos apenas modelos de processador que estejam na última versão.** Não serão aceitos processadores descontinuados.

4.2.4.7. TDP (*Thermal Design Power*) básica de no máximo 400W;

4.2.4.8. Processador com performance, mínima 100000 (cem mil) pontos, no *Performance Test 10* da Passmark software. O desempenho será comprovado por intermédio de resultados BenchMark, disponível em: <https://www.cpubenchmark.net/> ou Índice “SPEC CPU2017 Integer Rate”, auditado de, no mínimo, 695 (baseline) para a configuração do equipamento ofertado. O índice utilizado como referência será validado junto ao site da Internet <http://www.spec.org>, até a data de abertura do pregão.

4.2.4.9. Deverá ser fornecido o modelo de processador, que não poderá constar na lista de fim de vida (EOL) ou de vendas (EOS) nos próximos 06 (seis) meses à da de abertura o certame.

4.2.4.10. O processador deve possuir instruções AVX e extensões de virtualização.

4.2.4.11. Tecnologia de ajuste dinâmico do consumo de energia através do controle do clock e voltagem do processador baseado na utilização da CPU

4.2.5. MEMÓRIA RAM.

4.2.5.1. Deve possuir 1024 GB (mil e vinte e quatro) Gigabytes de memória RAM

4.2.5.2. Deverá suportar, no mínimo, escalabilidade para 2 TB de memória sem a substituição dos módulos já instalados na configuração ofertada, através da aquisição de módulos de Memória RAM, ou seja, deverá ser ofertado com quantidade de slots de memória livres suficientes para expandir o servidor até pelo menos 2 TB.



4.2.5.3. Memória RAM principal DDR4(ou superior) RDIMM ou LRDIMM, de 6.400 MHz (seis mil e quatrocentos megahertz), com detecção e correção de erros (ECC) ou correção avançada de erros (Advanced ECC ou SDDC).

4.2.5.4. Todos os pentes de memória devem ser obrigatoriamente do mesmo tamanho.

4.2.6. PORTAS DE ENTRADA/SAÍDA

4.2.6.1. Possuir as seguintes portas situadas na parte traseira do gabinete:

- i. No mínimo 1 (uma) porta de vídeo VGA padrão DB-15.
- ii. No mínimo 2 (duas) portas USB 3.0 ou superior.

4.2.6.2. Possuir as seguintes portas situadas na parte frontal do gabinete:

- i. No mínimo 1 (uma) porta USB 2.0 ou superior.

4.2.7. CONTROLADORA HBA

4.2.7.1. O equipamento deve possuir, no mínimo, 02 (duas) portas padrão Fibre Channel, que permita ligações de 8 Gb/s, 16 Gb/s e 32 Gb/s, com respectivos transceivers SW LC de 32Gb, instaladas em slot PCI-Express versão 3.0 de oito vias (x8) ou superior e com seguintes especificações:

4.2.7.2. Deve ser fornecida com 02 cordões óticos do tipo LC com, no mínimo 3 metros, acompanhado de seus respectivos Transceivers SW com suporte a 32GB/s, compatíveis com as interfaces instaladas. Os transceivers fornecidos deverão ser do mesmo fabricante.

4.2.7.3. Operar nas velocidades de 8Gb/s, 16Gb/s e 32Gb/s.

4.2.7.4. Operar em modo full-duplex.

4.2.7.5. Suporte a fibre channel classes 2 e/ou 3.

4.2.8. INTERFACES DE REDE 1GB

4.2.8.1. O servidor deverá possuir no mínimo 2 (duas) portas 1GbE (um gigabit ethernet), com interfaces RJ45 com as seguintes especificações:

- i. Suporte a PXE.
- ii. Suporte a autonegociação.

4.2.8.2. Suporte a agregação de tráfego (LACP, IEEE 802.3ad) / redundância usando *teaming Channel Bonding*".



4.2.8.3. Suporte a Jumbo Frame.

4.2.8.4. Suporte a controle de fluxo 802.3x

4.2.8.5. Interface compatível com RJ-45.

4.2.8.6. Indicador (LED) de atividade da rede.

4.2.8.7. Capacidade de operação full-duplex.

4.2.8.8. Não deverão ser contabilizadas portas de uso exclusivo para gerenciamento interno do equipamento.

4.2.9. INTERFACES DE REDE 25GB

4.2.9.1. O servidor deverá possuir no mínimo 2 (duas) portas do tipo SFP28 com suporte a 10Gbase-SR e 25GBase-SR, com conector LC.

4.2.9.2. Deve ser fornecida com 02 (dois) cordões óticos do tipo LC-LC com, no mínimo 3 metros cada, acompanhado de 2 (dois) transceivers SFP28, cada cordão ótico, com suporte a 10Gbase-SR e 25GBase-SR compatíveis com as interfaces instaladas

4.2.10. CONTROLADORA RAID

4.2.10.1. Controladora RAID de discos internos com as seguintes características técnicas:

4.2.10.2. Suportar drives SSD (Solid-State Drive) e HDD (Hard Disk Drive).

4.2.10.3. Memória cache de no mínimo 8GB de capacidade.

4.2.10.4. Proteção da cache através de memória flash não volátil.

4.2.10.5. Suportar RAID 0, 1, 5, 6, 10, 5+0 e 6+0, via hardware.

4.2.10.6. Possuir canais SAS 12 Gb/s, suficientes para suportar a quantidade máxima de discos do servidor.

4.2.10.7. Permitir expansão de volumes de forma on-line.

4.2.10.8. Permitir migração de RAID de forma on-line.

4.2.10.9. Permitir implementação de drives hot-sparing no formato global e dedicado.

4.2.10.10. Suportar tecnologia S.M.A.R.T.

4.2.11. ARMAZENAMENTO

4.2.11.1. Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (Solid State Drive) EDSFF E3.S.



4.2.11.2. Utilização de padrão NVMe com interface PCI express Gen5 ou superior.

4.2.11.3. Possuir no mínimo 10(dez) discos NVMe.

4.2.11.4. Capacidade mínima de 1.92TB cada disco.

4.2.11.5. Discos padrão hot-pluggable.

4.2.12. FONTE DE ALIMENTAÇÃO

4.2.12.1. Possuir fontes de alimentação hot-plug em redundância (1+1).

4.2.12.2. Cada fonte de alimentação deve possuir:

- i. Eficiência energética de no mínimo 92% (80Plus Platinum ou Titanium) quando em carga de 50%, com potência mínima de 1100W, suficientes para operação do servidor em sua configuração máxima.

4.2.12.3. Suportar e operar nas faixas de tensão de entrada de 100-240 VAC em 60 Hz.

4.2.12.4. Possuir LED indicador de status que permita monitor e diagnosticar as condições de funcionamento da mesma.

4.2.12.5. Devem vir acompanhadas de cabos de alimentação com amperagem compatível com a potência da fonte de alimentação.

4.2.12.6. Cabos de alimentação com conector padrão IEC C13/C14 ou C13/NBR14136 e amperagem compatível com a potência da fonte de alimentação.

4.2.13. SISTEMA OPERACIONAL

4.2.13.1. O equipamento proposto não deverá vir acompanhado de sistema operacional.

4.2.14. COMPATIBILIDADE COM SISTEMAS OPERACIONAIS

4.2.14.1. O modelo do servidor ofertado deve estar certificado para o sistema operacional Windows Server 2019 x64 ou posterior, comprovado no Windows Server Catalog da Microsoft.

4.2.14.2. O modelo do servidor ofertado deve apresentar compatibilidade comprovada para o sistema de virtualização VMWare ESX 8.0 ou posterior, comprovado no Guia de Compatibilidade da VMWare.

4.2.15. GERENCIAMENTO



4.2.15.1. Deverá fornecer um conjunto de hardware e software de gerência, do mesmo fabricante do servidor, compatível com o padrão IPMI 2.0 e/ou SNMP que possibilite o gerenciamento remoto através de controladora de gerenciamento integrada com porta RJ-45 dedicada, e software de gerenciamento que ofereça as seguintes funções para a solução ofertada.

4.2.15.2. Permitir o monitoramento remoto, de todo o hardware das condições de funcionamento dos equipamentos e seus componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladora RAID, discos, fontes de alimentação, NICs e ventiladores;

4.2.15.3. Trabalhar com console remoto que ofereça controle pleno do servidor, isto é, com funcionalidades de uma console local independente do funcionamento do sistema operacional.

4.2.15.4. Ligar e desligar o servidor remotamente.

4.2.15.5. Receber alertas de pré-falhas e defeitos de discos e memórias.

4.2.15.6. Possibilidade de emissão de inventário de hardware.

4.2.15.7. Deve possuir interface ethernet dedicada, suportando alocação fixa de endereço IP.

4.2.15.8. Fornecer recursos de hardware e software para acesso ao console (vídeo, teclado e mouse) de cada servidor.

4.2.15.9. Permitir redirecionamento de mídia (mídia virtual).

4.2.15.10. Controle dos servidores via KVM Virtual (Teclado, Vídeo e Mouse) dispensando o uso de switches KVM.

4.2.15.11. Permitir acesso a BIOS remotamente.

4.2.15.12. Suporte a SSL, SSH e SNMP v3

4.2.15.13. Integração com o AD (Active Directory).

4.2.15.14. Suporte ao LDAP (Lightweight Directory Access Protocol).

4.2.15.15. Permitir acesso através de navegador web (sem necessidade de cliente específico).

4.2.15.16. Operar independentemente da CPU do servidor e do sistema operacional, mesmo se a CPU ou o sistema operacional estiverem travados ou inacessíveis de alguma forma.



- 4.2.15.17. Permitir a criação de grupos de usuários.
- 4.2.15.18. Deve o software de gerência ser do mesmo fabricante do hardware.
- 4.2.15.19. Deve o fornecedor dos equipamentos implementar e configurar toda a solução de gerenciamento (KVM Virtual mencionado acima).
- 4.2.15.20. Permitir a instalação, update e configuração remota de sistemas operacionais, drivers e firmwares, através de solução de deployment compatível com a solução ofertada;
- 4.2.15.21. Deve possibilitar o download automático de atualizações de firmwares, BIOS e drivers diretamente do site do fabricante ou repositório local
- 4.2.15.22. Permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto, compartilhamentos de rede NFS/CIFS e dispositivos de armazenamento USB remotos;
- 4.2.15.23. Deve possuir funcionalidade que permita que os discos locais do servidor sejam apagados de forma definitiva através de tecnologia de regravação de dados ou similar. Esta funcionalidade deve possibilitar que sejam definitivamente apagados quaisquer disco dentro do servidor, suportando, no mínimo discos físicos (HDDs), discos criptografados (SEDs) e dispositivos de memória não volátil (SSDs e NVMe);
- 4.2.15.24. As atualizações de firmwares, BIOS e drivers devem possuir tecnologia de verificação de integridade do fabricante, de modo a garantir a autenticidade do servidor;

4.2.16. COMPONENTES E ACESSÓRIOS

- 4.2.16.1. O fabricante do servidor deve disponibilizar em seu site, download gratuito de todos os drivers, BIOS e firmwares dos componentes que compõem este servidor.
- 4.2.16.2. Deverá ser fornecido kit de trilhos e braço organizador de cabos, ambos do mesmo fabricante do servidor ofertado, para fixação dos servidores em rack 19 polegadas padrão EIA-310D.
- 4.2.16.3. Os trilhos devem permitir o deslizamento do servidor a fim de facilitar a manutenção.
- 4.2.16.4. Devem acompanhar todos os cabos e conectores necessários à instalação e utilização do equipamento.



4.2.16.5. Cabos de alimentação elétrica do tipo NBR 14136 e C13/C14.

4.2.17. GARANTIA

4.2.17.1. Os equipamentos deverão ter garantia de funcionamento do fabricante pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.2.17.2. Suporte e garantia consistem em um serviço de prestação de assistência intelectual, tecnológica e material os itens da solução sob cobertura contratual, complementada pela garantia da operacionalidade dos equipamentos por meio de troca/substituição de componentes em falhas e atualizações de firmware/software embarcados para correção de falhas e aprimoramento dos requisitos de segurança da informação.

4.2.17.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar Central de atendimento para recebimento e registro da demanda do CONTRATANTE em regime 24 x 7, ou seja, 24 horas contínuas do dia, em todos os dias da semana. O registro dos chamados deverá ser identificado por número de protocolo e informado ao CONTRATANTE.

4.2.17.4. Na hipótese de riscos de descontinuidade operacional dos equipamentos envolvidos no atendimento, devido à necessidade de aplicação de solução de correção ou atualização, a intervenção técnica poderá ser agendada fora de horário comercial.

4.2.17.5. Os equipamentos (hardware) deverão estar cobertos pelo suporte técnico e garantia durante a vigência do contrato.

4.2.17.6. Durante todo o período de garantia e suporte técnico, a CONTRATADA deverá garantir o funcionamento dos equipamentos e deverá prestar serviços de assistência técnica a solução (aos equipamentos e ao software de backup) por meio de manutenção preventiva, manutenção corretiva, troca e reposição de componentes, sem ônus para o CONTRATANTE.

4.2.17.7. A CONTRATADA poderá realizar manutenções preventivas a pedido do CONTRATANTE ou por iniciativa própria desde que se estabeleça junto ao CONTRATANTE um agendamento prévio para tais atividades.



4.2.17.8. Caberá ao CFM requisitar o suporte técnico, ficando a CONTRATADA obrigada a realizá-lo, nos prazos máximos definidos no item 9.2.20 – Níveis Mínimos de Serviços.

4.2.17.9. A solução de defeito apresentado na solução deverá ser realizada por técnico especializado, a ser realizado nas instalações da unidade do CONTRATANTE situada na Asa Sul, Brasília -DF, que consertará a peça defeituosa ou a substituirá por outra com característica e qualidade iguais ou superiores ou efetuará a configuração ou reparação do software para o seu pleno funcionamento.

4.2.17.10. As peças e equipamentos que apresentarem defeitos deverão ser reparados e/ou trocados e todas as despesas inerentes à reposição e transporte destes correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus.

4.2.17.11. A CONTRATADA deverá substituir, sem ônus adicionais, quaisquer peças e/ou componentes dos equipamentos, mecânicos ou eletrônicos, que se encontrem quebrados, com defeitos ou gastos pelo uso normal, por um de qualidade e desempenho idênticos ou superiores, novos e de primeiro uso, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE.

4.2.17.12. Entende-se por término de atendimento a disponibilidade do equipamento para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, juntamente com o recebimento, pela CONTRATANTE, do relatório técnico de atendimento emitido pela CONTRATADA.

4.2.17.13. O relatório técnico de atendimento emitido pela CONTRATADA deverá conter, no mínimo: data e hora da solicitação, do início e do término do atendimento, identificação do problema e providências adotadas, além das demais informações pertinentes.

4.2.17.14. A CONTRATADA deverá prestar todas as informações solicitadas pelo CONTRATANTE sobre o andamento do atendimento do suporte e de garantia imediatamente ao ser solicitado.

4.2.17.15. Para a execução de atendimento de instalação ou desinstalação de quaisquer soluções ou equipamentos, é necessária autorização da CONTRATANTE.



4.2.17.16. No caso de substituição de peças, componentes e/ou equipamentos, a CONTRATADA deverá informar: data e hora da solicitação da peça, componente ou do novo equipamento e data e hora da substituição da peça, componente ou de entrega do novo equipamento.

4.2.17.17. É garantido à CONTRATADA o direito de contestação dos resultados da apuração dos tempos para atendimento do serviço de suporte técnico, bem como de apresentar as justificativas que se fizerem necessárias.

4.2.17.18. Regras para o serviço de atendimento do serviço de suporte técnico envolvendo resolução de incidentes e/ou problemas:

4.2.17.19. Regras e prazos para o serviço de suporte técnico uma vez constatada necessidade de configuração da solução, ajustes, substituição de peças, componentes e equipamentos:

4.2.17.20. Iniciado o atendimento e detectada a necessidade de substituição de peças e/ou componentes, o prazo máximo para o reparo será de 168 (cento e sessenta e oito) horas corridas, a contar do registro de tal fato no chamado aberto pelo CONTRATANTE.

4.2.17.21. Iniciado o atendimento e detectada a necessidade de substituição de um dos equipamentos, o prazo máximo para a troca será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do registro do fato no chamado aberto pelo CONTRATANTE.

4.2.17.22. Caso seja necessária a substituição do servidor de backup simultaneamente, de forma que a rotina de backup do CFM esteja paralisada em função do defeito, a CONTRATADA deverá fornecer ao menos um servidor de backup substituto de configurações iguais ou superiores em até 72 (setenta e duas) horas a contar da constatação da necessidade. O(s) servidor(es) substituto(s) deve(m) ficar nas instalações do CFM até que os originais sejam substituídos.

4.2.17.23. As peças, componentes e equipamentos trocados deverão ser novos (não utilizados ou recondicionados) e homologados pelo Fabricante, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE.

4.2.17.24. As novas peças, componentes e equipamentos deverão ter especificação igual ou superior àqueles substituídos.



4.2.17.25. Todas as solicitações de suporte técnico devem ser registradas pela CONTRATADA, para acompanhamento e controle da execução do serviço.

4.2.17.26. A CONTRATADA deverá dispor de equipe técnica qualificada para a prestação de todos os serviços técnicos previstos neste Termo de Referência.

4.2.17.27. Os serviços técnicos deverão sempre ser executados por profissionais que detenham os conhecimentos requeridos para a execução dos serviços detalhados em Ordem de Serviços ou Chamados Técnicos.

4.2.17.28. A execução dos serviços técnicos deverá ser realizada pela CONTRATADA ou diretamente pelo fabricante com acompanhamento e supervisão da área técnica do CONTRATANTE.

4.2.17.29. Os serviços técnicos deverão ser executados nas dependências do CONTRATANTE.

4.2.17.30. O serviço de suporte técnico deverá ser prestado no idioma português.

4.2.17.31. Caso a CONTRATADA não consiga executar a Ordem de Serviço ou Chamado Técnico conforme as condições demandadas, deverá comunicar ao fiscal por escrito, justificando os fatos e motivos que impediram sua execução, cabendo ao gestor acatar ou não a justificativa.

4.2.17.32. A CONTRATADA deverá realizar a verificação da qualidade antes da entrega dos produtos gerados, visando artefatos livres de defeitos e de desconformidades. O CONTRATANTE também realizará a sua verificação da qualidade com vistas ao aceite dos produtos gerados pela CONTRATADA, utilizando os critérios de aceitação inclusos de acordo com cada Chamado Técnico.

4.2.17.33. Os casos de atrasos deverão ser motivados, explicando as razões que os fundamentaram.

4.2.17.34. Versões eletrônicas de todos os artefatos envolvidos no Chamado Técnico (quando possível) devem ser entregues à Fiscalização.

4.2.17.35. Os atrasos não justificados ou não aceitos pela fiscalização do contrato estarão sujeitos à aplicação das sanções cabíveis.

4.2.18. Níveis Mínimos de Serviços - criticidade dos chamados



4.2.18.1. **Criticidade 1:** Alto impacto na operação do CONTRATANTE, caracterizado por interrupção completa do serviço de backup ou da restauração de dados a partir da solução de backup (software e hardware).

4.2.18.2. **Criticidade 2:** Impacto parcial na operação do CONTRATANTE, caracterizado por degradação do serviço de backup relacionada ao funcionamento da solução, perda de funcionalidades ou comportamento suspeito.

4.2.18.3. **Criticidade 3:** Impacto mínimo na operação do CONTRATANTE, caracterizado por perda ou degradação mínima de funcionalidades não críticas dos equipamentos.

4.2.18.4. Os chamados técnicos para resolução de incidentes e/ou problemas, não levando em conta os prazos extras necessários para as substituições de peças, componentes ou equipamentos, deverão cumprir os seguintes prazos de atendimento e conclusão de acordo com os níveis de criticidade.

4.2.18.5. Para os casos de criticidade 1, o tempo máximo para início de atendimento deve ser 4 horas, e o tempo máximo para conclusão deve ser até o próximo dia útil.

4.2.18.6. Para os casos de criticidade 2, o tempo máximo para início de atendimento deve ser 12 horas, e o tempo máximo para conclusão deve ser de até 2 dias úteis.

4.2.18.7. Para os casos de criticidade 3, o tempo máximo para início de atendimento deve ser 24 horas, e o tempo máximo para conclusão deve ser de até 3 dias úteis.

Criticidade	Prazo para início do atendimento a partir da abertura do chamado	Prazo para conclusão do atendimento a partir da abertura do chamado
1	4 horas	Próximo dia útil
2	12 horas	2 dias úteis
3	24 horas	3 dias úteis

Tabela 2 – Criticidade e tempo de resposta

4.2.18.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem



como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.2.19. Orientações sobre Suporte e Utilização.

4.2.19.1. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, deve ser fornecida para o corpo técnico do CFM orientação necessária sobre acionamento tanto do suporte da CONTRATADA quanto da garantia do fabricante dos equipamentos.

4.2.19.2. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, deve ser fornecida para o corpo técnico do CFM orientação necessária sobre a utilização dos equipamentos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade

5.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

5.1.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021): Para esta contratação não haverá indicação de marca específica ou de marcas referenciais.

5.2. Subcontratação

5.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3. Verificação de amostra do objeto

5.3.1. Devido as características do objeto, não serão necessárias amostras.

5.4. Requisitos Legais

5.4.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais –LGPD) e a outras legislações aplicáveis:

5.4.1.1. Lei Complementar no 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do



Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

5.4.1.2. Decreto no 7.174/2010: Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;

5.4.1.3. Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

5.5. Requisitos de Manutenção

5.5.1. Na vigência da garantia, caso necessário, os materiais desta aquisição deverão passar por manutenção corretiva ou substituição integral do material sem ônus à Contratante.

5.6. Requisitos de Segurança

5.6.1. A contratada fica proibida de compartilhar os dados do CFM, aos quais tenha acesso, com terceiros para qualquer fim.

5.6.2. A Contratada deverá garantir sigilo e inviolabilidade dos dados e tratativas realizadas por meio do serviço desta contratação.

5.6.3. A Contratada deverá atender ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018.

5.6.4. Os requisitos contemplam ainda os seguintes aspectos:

- a) propiciar a disponibilidade do equipamento de TIC contratada;
- b) evitar vazamento de dados e fraudes digitais, devendo a contratada, definir processos de gestão de riscos de segurança da informação que envolvam a solução de TIC;
- c) possibilitar a rastreabilidade de forma a manter trilha de auditoria de segurança da informação;



- d) assegurar a continuidade do negócio implementado pela solução;
- e) realizar o tratamento de dados pessoais (Lei 13709/2018) e informações classificadas, conforme legislação vigente; estando sujeito a auditoria do SIC (Segurança da Informação e Comunicação) de conformidade dos requisitos de segurança da informação previstos pela contratação;
- f) assegurar a gestão e tratamento de incidentes de forma sistematizada; e
- g) indicar as diretrizes para o desenvolvimento e obtenção de software seguro.

5.7. Requisitos sociais, ambientais e culturais

5.7.1. Não são necessários por tratar de aquisição de materiais de consumo de TIC.

5.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

5.8.1. Não são necessários por tratar de aquisição de materiais de consumo de TIC.

5.9. Requisitos de Projeto e de Implementação

5.9.1. Não são necessários por tratar de aquisição de materiais de consumo de TIC.

5.10. Requisitos de Implantação

5.10.1. Requisitos de implantação não são necessários por tratar de aquisição de materiais de consumo de TIC.

5.11. Requisitos de Garantia e Manutenção

5.11.1. Os equipamentos dessa aquisição deverão possuir garantia de 60 (sessenta) meses de funcionamento, salvo os materiais/peças cuja descrição possui período mínimo de garantia superior ao disposto neste item. A vigência da garantia é iniciada a partir da assinatura do Termo Definitivo de Recebimento do Objeto. A empresa contratada deverá prover e-mail e telefone com atendimento em horário comercial para recepção de chamados de manutenção. Os chamados deverão ser protocolizados pela contratada.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega

6.1.1. Os objetos desta contratação deverão ser entregues ou disponibilizados em até 60 (sessenta) dias corridos após a assinatura do contrato, respeitando-se as observações contidas em cada item constante deste termo de referência.



6.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.1.3. **As entregas deverão ser feitas na sede do CFM, SGAS Sul 616 Conj. D, Lote 115, Brasília - DF.** CEP: 70.200-760, no horário de 08:00 às 17:00, de segunda a sexta-feira.

6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.2.1. Não se faz necessária quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle pois a comparação entre o material entregue e o material ofertado será realizada no recebimento provisório dos materiais.

6.3. Mecanismos formais de comunicação

6.3.1. O endereço para comunicação formal entre a Contratante e a Contratada será pelo seguinte endereço de e-mail: contratos@portalmedico.org.br e seinf@portalmedico.org.br

6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.4.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.5. Garantia, manutenção e assistência técnica

6.5.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido nas especificações de cada objeto, que deverão seguir exigência estabelecidos nos artigos 30 e 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. Fiscalização

7.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.7. Fiscalização Técnica

7.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que



for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.3. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.8. Fiscalização Administrativa

7.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.9. Gestor do Contrato

7.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando



relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.9.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.9.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.9.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.9.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento do Objeto

8.1.1. Os bens serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta e pelo que segue:

- a) estejam compatíveis com esta licitação e não exista a cobrança de frete;
- b) estejam os produtos embalados de acordo com a nota fiscal/contrato, não enviando materiais/produtos de notas fiscais /contratos diferentes numa mesma embalagem;
- c) não apresentem avaria ou adulteração;
- d) sejam entregues em embalagem original, contendo a data e número do lote de fabricação, informando, inclusive, seu prazo de validade, se for o caso;

8.1.1.1. O fornecedor não poderá realizar a cobrança de frete;

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos.

8.1.4. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



8.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.7. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.1.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. No caso de descumprimento, o licitante será notificado extrajudicialmente, pelas vias administrativas, para que em 72 (setenta e duas) horas, contados da data do recebimento da notificação, faça a entrega do material ou venha apresentar justificativa de impossibilidade de cumprir o compromisso contratual.

8.1.9. Em ambos os casos, fica desde já estabelecido que o CFM, poderá, a seu critério, cancelar o Contrato e convocar o segundo colocado, sem, entretanto, declinar do seu direito de promover o devido processo administrativo visando aplicação das sanções cabíveis e cobrança administrativa, na forma da Lei 14.133/2021: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, registro de inadimplência no SICAF e, se necessário, promover cobrança judicial e apuração das perdas e danos na forma da lei.

8.1.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.11. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



8.1.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e

8.2.4. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido



Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI (Índice de Custo da Tecnologia da Informação) de correção monetária.



8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

9.2. Exigências de habilitação

9.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2.1.1. Habilitação jurídica

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.



- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.



- j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- k) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.2.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

10. DA HABILITAÇÃO E DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste Termo de Referência e seus anexos, sendo vedada a participação de consórcios.

10.2. A qualificação técnica dos licitantes deverá ser comprovada através de:

- 10.2.1.1. No mínimo, 01 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo produtos compatíveis com o objeto desta licitação.
- 10.2.1.2. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.
- 10.2.1.3. Será considerado compatível com a quantidade o (s) atestado (s) que apresentar (em), no mínimo, o quantitativo de itens em aquisição imediata.
- 10.2.1.4. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio



nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências deste termo de referência.

11. CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado da contratação, o valor máximo por lote estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço pode ser definido da seguinte forma:

11.1.1. Por meio de fundamentada pesquisa de preços praticados no mercado em contratações similares, ou ainda por meio da adoção de valores constantes (REFERENCIAL DO MENOR PREÇO apresentado na cotação de preços para formação do processo licitatório), indicadores setoriais, ou outros equivalentes;

11.1.2. Neste caso os custos foram levantados em pesquisa de preço no mercado e o valor médio total para o fornecimento apurado na pesquisa foi de:

Item	Descrição	Quantidade Para orçamento	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Servidor Rack Tipo I	8	R\$ 398.583,53	R\$ 3.188.668,24
02	Servidor Rack Tipo II	6	R\$ 370.538,01	R\$ 2.223.228,06

12. ORÇAMENTO DETALHADO E MODO DE LICITAÇÃO

12.1. Dotação orçamentária destacada para o setor de tecnologia da informação, com aprovação orçamentária COINF/CFM para execução no ano de 2026 através do centro de custo 36.03 – Equipamentos de Microinformática e Acessórios Básicos - Elemento de Despesa: 6.2.2.1.2.44.90.52.004 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.

13. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

13.1. São obrigações da CONTRATANTE:

13.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;



13.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

13.1.3. Receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

13.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando aplicável;

13.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

13.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

13.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

13.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

13.2. São obrigações do CONTRATADO:

13.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

13.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

13.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;

13.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou



parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

13.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

13.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

13.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

13.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

13.2.9. Fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando for o caso.

14. DO REAJUSTE

14.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado do orçamento estimado, em 22/01/2026.

14.2 Após o interregno de um ano, a pedido do Fornecedor Registrado, os preços poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



14.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao Fornecedor Registrado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

15. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- i) der causa à inexecução parcial do contrato;
- j) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- k) der causa à inexecução total do contrato;
- l) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



- m) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- n) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- o) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- p) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

15.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 15.1, acima, neste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

15.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 15.1, acima, neste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.2.4. Multa:

- h) Moratória de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias;
- i) O atraso superior a 40 (quarenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
- j) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 15.1, de 20% a 30% do valor do Contrato;
- k) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 15.1, de 15% a 20% do valor do Contrato;



- l) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 15.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato;
 - m) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 15.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
 - n) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 15.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
 - v. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - vi. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - vii. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art.157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - viii. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.2.4.1.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.2.4.2.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 15.2.4.3.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- f) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - g) as peculiaridades do caso concreto;



- h) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- i) os danos que dela provierem para o Contratante;
- j) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.4.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.2.5. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.2.6. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.2.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na formado art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.2.8. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo



referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

16. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

16.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

16.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

16.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

16.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

16.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

16.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.8.3. Indenizações e multas.



16.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art.14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

17. MAPA DE RISCOS

17.1. Objeto: contratação de empresa especializada no fornecimento de servidores de rede tipo rack.

17.2. Tabela de classificação de nível de risco:

		PROBABILIDADE				
		1 - MUITO BAIXA	2 - BAIXA	3 - MÉDIA	4 - ALTA	5 - MUITO ALTA
IMPACTO	5 - MUITO ALTO	5	10	15	20	25
	4 - ALTO	4	8	12	16	20
	3 - MÉDIO	3	6	9	12	15
	2 - BAIXO	2	4	6	8	10
	1 - MUITO BAIXO	1	2	3	4	5

Matriz de cálculo de Risco, sendo extremo: >15 a 20; Alto: >8 a 12; Médio: >3 a 6; Baixo: > 1 a 2.

Legenda nível de risco: **Extremo** **Alto** **Médio** **Baixo**.

17.3. Riscos

Risco nº 1: Especificação técnica inadequada dos servidores	
Causa:	▪ Levantamento incompleto das necessidades de infraestrutura
Consequência:	Aquisição de servidores incompatíveis com a demanda institucional
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Impacto:	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Nível de Risco	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Ação	Realizar ETP detalhado com participação da área de TI
Preventiva/Corretiva:	Revisão das especificações ou nova contratação



Risco nº 2: Incompatibilidade com infraestrutura existente	
Causa:	▪ Falta de análise de energia, rack ou rede
Consequência:	Necessidade de adequação do datacenter e aumento de custos
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input checked="" type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Impacto:	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Nível de Risco	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Ação Preventiva/Corretiva:	Avaliar previamente infraestrutura física e lógica Adequar infraestrutura ou substituir equipamentos

Risco nº 3: Atraso na entrega dos equipamentos	
Causa:	▪ Problemas logísticos ou de estoque
Consequência:	Comprometimento de projetos e serviços de TI
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Impacto:	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Nível de Risco	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Ação Preventiva/Corretiva:	Definir prazos adequados e penalidades contratuais Aplicação de sanções e cobrança formal

Risco nº 4: Equipamentos em desacordo com especificação	
Causa:	▪ Falha na verificação técnica no recebimento
Consequência:	Recusa do material e atraso na implantação
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input checked="" type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Impacto:	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Nível de Risco	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Ação Preventiva/Corretiva:	Definir critérios técnicos claros e checklist de recebimento Solicitar substituição dos equipamentos

Risco nº 5: Falha prematura dos servidores	
Causa:	▪ Defeito de fabricação ou baixa qualidade



Consequência:	Interrupção de sistemas institucionais
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Impacto:	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Nível de Risco	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Ação Preventiva/Corretiva:	<ul style="list-style-type: none">Exigir garantia estendida e suporte do fabricanteAcionar garantia ou substituição

Risco nº 6: Descontinuidade do modelo adquirido

Causa:	<ul style="list-style-type: none">Mudanças tecnológicas ou fim de fabricação
Consequência:	Dificuldade para manutenção ou expansão futura
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input checked="" type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Impacto:	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Nível de Risco	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input checked="" type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Ação Preventiva/Corretiva:	<ul style="list-style-type: none">Exigir linha corporativa atual do fabricanteSubstituição por modelo equivalente

Risco nº 7: Suporte técnico insuficiente

Causa:	<ul style="list-style-type: none">Fornecedor sem capacidade operacional
Consequência:	<ul style="list-style-type: none">Demora na resolução de falhas e indisponibilidade de sistemas
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Impacto:	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Nível de Risco	<input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto
Ação Preventiva/Corretiva:	<ul style="list-style-type: none">Exigir qualificação técnica e certificaçõesAplicação de penalidades contratuais



18. DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

19.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



21. FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Brasília-DF para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

22 RESPONSÁVEIS

Equipe de Planejamento da Contratação

Integrante Técnico
MARCELO SODRÉ
Matrícula: XXX

Integrante Técnico
JOÃO VICTOR
Matrícula: XXX

Integrante Técnico
RICARDO EVANGELISTA
Matrícula: XXX

Requisitante: Coordenador da Área de Informática

THIAGO CORDEIRO DE ARAÚJO
Coordenador de Tecnologia da Informação
Matrícula: 229

Brasília, Março de 2026.



ANEXO II

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SERVIDORES DE REDE TIPO RACK, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NESTE EDITAL, PODENDO SER RENOVADO NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021.

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Servidor Rack Tipo I	08	R\$	R\$
2	Servidor Rack Tipo II	06	R\$	R\$
VALOR GLOBAL R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX				

OBS.: OS VALORES ACIMA DEVERÃO ESTAR COMPREENDIDOS, ALÉM DO LUCRO, ENCARGOS SOCIAIS, TODAS E QUAISQUER DESPESAS DE RESPONSABILIDADE DA PROPONENTE QUE DIRETA OU INDIRETAMENTE, DECORRAM DO OBJETO LICITADO.

O prazo de eficácia da proposta será de 60 (sessenta) dias.

R\$.....(.....)

SERÁ VENCEDORA A LICITANTE QUE TIVER O MENOR PREÇO GLOBAL.

Brasília - DF, de de 2026.



(Assinatura do Representante legal da empresa)

Pelo presente, apresentamos nossa proposta em conformidade com o T.R. referido, a saber:

a) Nome da Empresa: (nome da empresa – razão social) CNPJ nº: 00.000.000/0000-00 – Inscrição Estadual nº: Endereço: Rua XXXXXX, 00, Bairro, Município, UF – Telefone: (00) 0000-0000.

b) Descrição completa dos serviços especificados no Termo de Referência.

c) Propomos executar, sob nossa integral responsabilidade e risco, todos os serviços objeto do PREGÃO ELETRÔNICO nº: XXX/2026, recebendo do CFM, em remuneração a esta prestação de serviço, o valor de R\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) por edição.

d) Prazo de validade da proposta: Não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados do dia útil imediatamente posterior ao indicado no preâmbulo deste Edital.

e) Indicação da pessoa responsável e do endereço eletrônico (e-mail) a receber comunicados, julgamentos e outros atos realizados pela Comissão de Julgamento de Licitações: (nome da pessoa escolhida e- mail).

ATENÇÃO LICITANTES

1 – No VALOR TOTAL apresentado deverá estar incluídos todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.

2 - Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que os objetos serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste TR, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.



3 – Declaro, também, que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita pela contratante, seja qual for o motivo.

4 - Declaro que examinei, minuciosamente, o pertinente o T.R. e que estudei, comparei e os encontrei corretos, aceitando e submetendo-me, integralmente, às suas condições, e que obtive do Setor de contratos/Administração do Contratante, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, não havendo dúvidas acerca dos serviços a executar.

6 - Declaramos, para fins de participação em epígrafe, que não possuímos em nossos quadros funcionais, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a esse Conselho, conforme determinação contida em lei.



2 Formulário de Dados para Assinatura do Contrato.

(Preenchimento obrigatório).

Passamos a informar abaixo, os dados para elaboração de eventual contrato, com esta Empresa:

DA EMPRESA:

Nome Completo	
Endereço	
Filial em Brasília ou Representante	
CNPJ (Número)	
Inscrição Estadual (Número)	
Telefone (Número)	
E-Mail	

DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome	
Nacionalidade	
Naturalidade	
Estado Civil	
Profissão	
Residência e Domicílio	
Telefone(s) para Contato	
Carteira de Identidade (Nº, Órgão Expedidor, Data)	
CPF	

Local, (dia) de (mês) de 2026.



ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI 25.0.000011691-5

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 90005/2026

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE
SERVIDORES DE REDE TIPO RACK.**

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, Autarquia Federal de Fiscalização da Profissão Médica, instituída pela Lei nº 3.268 de 30 de setembro de 1957 e regulamentada pelo Decreto nº 6.821 de 14 de abril de 2009 que alterou o Decreto 44.045 de 19 de julho de 1958, alterada pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, com sede no SGAS 616 Conj. D, Lote 115 – L2 SUL Brasília - DF, CNPJ nº 33.583.550/0001-30, CF/DF nº 33583550000130, por seu representante legal, consoante delegação de competência conferida pela Lei nº 3.268/57, neste ato representado pelo seu Presidente, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, médico, portador da Carteira de Identidade n.º **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF n.º **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e do outro lado à empresa **XXXXXXXXXXXX**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXX**, estabelecida à **XXXXXXXXXXXX**, representada neste ato pelo Sr. **XXXXXX**, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, RG nº **XXXXXXXXXXXX**, residente e domiciliado à **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominado



FORNECEDOR REGISTRADO, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2026, publicada no de/...../202....., processo administrativo SEI 25.0.000011691-5, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente ATA tem por objeto o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SERVIDORES DE REDE TIPO RACK**, nas condições estabelecidas, especificados nos itens abaixo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. Dos Quantitativos e Condições

Item	Descrição	Aquisição Imediata	Registro de Preços
01	Servidor Rack Tipo I	2	8
02	Servidor Rack Tipo II	2	6



DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1.3 ITEM 01 – SERVIDOR RACK TIPO I

1.3.1. Os equipamentos entregues deverão possuir todos os componentes e as mesmas características do equipamento ofertado no edital, sendo aceitos componentes e especificações superiores.

1.3.2. Não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora as condições normais recomendadas pelo fabricante, ou dos componentes, tais como, alterações de frequência de *clock* (*overclock*), características de disco ou memória, e drivers não recomendados pelo fabricante do equipamento.

1.3.3. Os equipamentos devem ser novos, sem uso, e estarem em linha de produção na data de abertura do pregão.

1.3.4. Deverão ser entregues todos os cabos, drivers e manuais necessários à sua instalação bem como a de seus componentes.

1.3.5. CHASSI

1.3.5.1. O equipamento fornecido deverá ser compatível com rack de servidores, padrão 19", ocupando, no máximo, 2 (duas) unidade de rack (2U) de forma a abrigar todas as controladoras, gavetas e elementos de alimentação elétrica de acordo com o recomendado pelo fabricante do equipamento.

1.3.5.2. Possuir botão liga/desliga na parte frontal do equipamento.

1.3.5.3. Possuir display ou LED's frontais embutidos no gabinete para monitoramento das condições de funcionamento dos principais componentes do servidor através da exibição de alertas de falha, minimamente como: falhas de memória RAM, falhas de fontes de alimentação, falhas de disco rígido e falhas de refrigeração.

1.3.5.4. Possuir ventiladores hot-plug com redundância, configurados em sua totalidade para suportar a configuração máxima do equipamento.

1.3.5.5. Deve acompanhar todos os acessórios (trilhos deslizantes, braços organizadores de cabos, suportes, conectores, parafusos, roscas, porcas, etc.) próprios para a montagem em racks de 19".



1.3.5.6. O servidor e seus componentes deverão ser novos, sem utilização anterior e em linha de fabricação na data da entrega.

1.3.6. PLACA PRINCIPAL

1.3.6.1. Possuir instruções que implementem extensões de virtualização de I/O;

1.3.6.2. Deve possuir chip de segurança chip TPM (Trusted Platform Module) integrado, versão 2.0 ou superior;

1.3.6.3. Atualização da BIOS deverá ser por meio de interface gráfica, através de utilitário próprio do fabricante;

1.3.7. BIOS

1.3.7.1. Tipo Flash EPROM, atualizável por software com o padrão *plug-and-play*, sendo suportada a atualização remota da BIOS por meio de software de gerenciamento.

1.3.7.2. Desenvolvida pelo fabricante em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>). A compatibilidade com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na **categoria Promoters**.

1.3.7.3. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede.

1.3.7.4. Permitir a inserção do número do patrimônio e acesso ao número de série do equipamento na própria BIOS.

1.3.7.5. BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 ou ISO/IEC 19678 e NIST 800-193 baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da BIOS antes de passar o controle de execução a mesma.

1.3.7.6. A BIOS e suas ferramentas deverão possuir interface acessível através de teclado e mouse.

1.3.7.7. A BIOS deve possuir uma cópia de segurança armazenada localmente ou na nuvem, através da qual o equipamento é capaz de realizar a validação de integridade da BIOS do sistema, garantindo assim que a versão utilizada esteja íntegra, sem alteração geradas por códigos maliciosos.



1.3.7.8. A BIOS deve possuir no próprio hardware, cópia de segurança capaz de restaurar automaticamente, caso a BIOS seja corrompida ou ocorra falha durante sua atualização.

1.3.7.9. A Deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicialização o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS;

1.3.7.10. Deverá permitir salvar as configurações em arquivo e carregá-las em outro equipamento do mesmo modelo facilitando a aplicação automatizada de configurações e políticas de segurança.

1.3.7.11. Deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos copyright sobre essa BIOS, comprovados através de declaração fornecida pelo fabricante do equipamento, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas.

1.3.7.12. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante.

1.3.7.13. Possuir suporte ACPI (*Advanced Configuration and Power Interface*).

1.3.7.14. Deve ter a função de auto recuperação no caso de erro/corrompimento da BIOS no momento da atualização.

1.3.7.15. Deverá permitir acesso remoto ao sistema operacional e processo de inicialização do microcomputador por meio de interface gráfica, com controle remoto do mouse e teclado, independentemente do suporte de aplicações locais ou estado do sistema operacional. Deverá funcionar perfeitamente em ambiente com 802.1X e MS-CHAP V2. A tecnologia de gerenciamento remoto deve solicitar ao usuário código de acesso ou senha e sinalizar enquanto o equipamento estiver sendo acessado.

1.3.8. PROCESSADOR

1.3.8.1. Possuir 01 (um) processador de arquitetura x86, projetados para utilização em servidores e suporte a virtualização, que esteja em sua versão mais atual disponível pelo fabricante.

1.3.8.2. Deve possuir Velocidade (*clock*) base de, no mínimo, 4.1 GHz.



1.3.8.3. Possuir 16 (dezesesseis) núcleos.

1.3.8.4. Memória cache L3 de no mínimo 512 MB.

1.3.8.5. O modelo do processador ofertado deverá ser explicitado na proposta de fornecimento.

1.3.8.6. **O processador deverá estar em linha de produção pelo fabricante, sendo aceitos apenas modelos de processador que estejam na última versão.** Não serão aceitos processadores descontinuados.

1.3.8.7. **TDP** (*Thermal Design Power*) básica de no máximo 320W;

1.3.8.8. Processador com performance, mínima 60000 (sessenta mil) pontos, no *Performance Test 10* da Passmark software. O desempenho será comprovado por intermédio de resultados BenchMark, disponível em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php), até a data de abertura do pregão.

1.3.8.9. Deverá ser fornecido o modelo de processador, que não poderá constar na lista de fim de vida (EOL) ou de vendas (EOS) nos próximos 06 (seis) meses à da de abertura o certame.

1.3.8.10. O processador deve possuir instruções AVX e extensões de virtualização.

1.3.8.11. Tecnologia de ajuste dinâmico do consumo de energia através do controle do clock e voltagem do processador baseado na utilização da CPU.

1.3.9. MEMÓRIA RAM

1.3.9.1. Deve possuir 512 GB (quinhentos e doze) Gigabytes de memória RAM.

1.3.9.2. Deverá suportar, no mínimo, escalabilidade para 1 TB de memória sem a substituição dos módulos já instalados na configuração ofertada, através da aquisição de módulos de Memória RAM, ou seja, deverá ser ofertado com quantidade de slots de memória livres suficientes para expandir o servidor até pelo menos 1 TB.

1.3.9.3. Memória RAM principal DDR4 (ou superior) RDIMM ou LRDIMM, de 6.400 MHz (seis mil e quatrocentos megahertz), com detecção e correção de erros (ECC) ou correção avançada de erros (Advanced ECC ou SDDC).

1.3.9.4. Todos os pentes de memória devem ser obrigatoriamente do mesmo tamanho.

1.3.10. PORTAS DE ENTRADA/SAÍDA



1.3.10.1. Possuir as seguintes portas situadas na parte traseira do gabinete:

- iii. No mínimo 1 (uma) porta de vídeo VGA padrão DB-15.
- iv. No mínimo 2 (duas) portas USB 3.0 ou superior.

1.3.10.2. Possuir as seguintes portas situadas na parte frontal do gabinete:

- ii. No mínimo 1 (uma) porta USB 2.0 ou superior.

1.3.11. CONTROLADORA HBA

1.3.11.1. O equipamento deve possuir, no mínimo, 02 (duas) portas padrão Fibre Channel, que permita ligações de 8 Gb/s, 16 Gb/s e 32 Gb/s, com respectivos transceivers SW LC de 32Gb, instaladas em slot PCI-Express versão 3.0 de oito vias (x8) ou superior e com seguintes especificações:

1.3.11.2. Deve ser fornecida com 02 cordões óticos do tipo LC com, no mínimo 3 metros, acompanhado de seus respectivos Transceivers SW com suporte a 32GB/s, compatíveis **com as interfaces instaladas. Os transceivers fornecidos deverão ser do mesmo fabricante.**

1.3.11.3. Operar nas velocidades de 8Gb/s, 16Gb/s e 32Gb/s.

1.3.11.4. Operar em modo full-duplex.

1.3.11.5. Suporte a fibre channel classes 2 e/ou 3.

1.3.12. INTERFACES DE REDE 1GB

1.3.12.1. O servidor deverá possuir no mínimo 2 (duas) portas 1GbE (um gigabit ethernet), com interfaces RJ45 com as seguintes especificações:

- iii. Suporte a PXE.
- iv. Suporte a autonegociação.

1.3.12.2. Suporte a agregação de tráfego (LACP, IEEE 802.3ad) / redundância usando teaming Channel Bonding”.

1.3.12.3. Suporte a Jumbo Frame.

1.3.12.4. Suporte a controle de fluxo 802.3x

1.3.12.5. Interface compatível com RJ-45.

1.3.12.6. Indicador (LED) de atividade da rede.

1.3.12.7. Capacidade de operação full-duplex.



1.3.12.8. Não deverão ser contabilizadas portas de uso exclusivo para gerenciamento interno do equipamento.

1.3.13. INTERFACES DE REDE 25GB

1.3.13.1. O servidor deverá possuir no mínimo 2 (duas) portas do tipo SFP28 com suporte a 10Gbase-SR e 25GBase-SR, com conector LC.

1.3.13.2. Deve ser fornecida com 02 (dois) cordões óticos do tipo LC-LC com, no mínimo 3 metros cada, acompanhado de 2 (dois) transceivers SFP28, cada cordão ótico, com suporte a 10Gbase-SR e 25GBase-SR compatíveis com as interfaces instaladas.

1.3.14. CONTROLADORA RAID

1.3.14.1. Controladora RAID de discos internos com as seguintes características técnicas:

1.3.14.2. Suportar drives SSD (*Solid-State Drive*) e HDD (*Hard Disk Drive*).

1.3.14.3. Memória cache de no mínimo 8GB de capacidade.

1.3.14.4. Proteção da cache através de memória flash não volátil.

1.3.14.5. Suportar RAID 0, 1, 5, 6, 10, 5+0 e 6+0, via hardware.

1.3.14.6. Possuir canais SAS 12 Gb/s, suficientes para suportar a quantidade máxima de discos do servidor.

1.3.14.7. Permitir expansão de volumes de forma on-line.

1.3.14.8. Permitir migração de RAID de forma on-line.

1.3.14.9. Permitir implementação de drives hot-sparing no formato global e dedicado.

1.3.14.10. Suportar tecnologia S.M.A.R.T.

1.3.15. ARMAZENAMENTO

1.3.15.1. Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (*Solid State Drive*) EDSFF E3.S.

1.3.15.2. Utilização de padrão NVMe com interface PCI express Gen5 ou superior.

1.3.15.3. Possuir, no mínimo, 10 (dez) discos NVMe.

1.3.15.4. Capacidade, mínima, de 1.92TB cada disco.

1.3.15.5. Discos padrão *hot-pluggable*.

1.3.16. FONTE DE ALIMENTAÇÃO



1.3.16.1. Possuir fontes de alimentação hot-plug em redundância (1+1).

1.3.17. Cada fonte de alimentação deve possuir:

1.3.17.1. Eficiência energética de no mínimo 92% (80Plus Platinum ou Titanium) quando em carga de 50%, com potência mínima de 1100W, suficientes para operação do servidor em sua configuração máxima.

1.3.17.2. Suportar e operar nas faixas de tensão de entrada de 100-240 VAC em 60 Hz.

1.3.17.3. Possuir LED indicador de status que permita monitor e diagnosticar as condições de funcionamento da mesma.

1.3.17.4. Devem vir acompanhadas de cabos de alimentação com amperagem compatível com a potência da fonte de alimentação.

1.3.17.5. Cabos de alimentação com conector padrão IEC C13/C14 ou C13/NBR14136 e amperagem compatível com a potência da fonte de alimentação.

1.3.18. SISTEMA OPERACIONAL

1.3.18.1. O equipamento proposto não deverá vir acompanhado de sistema operacional.

1.3.19. COMPATIBILIDADE COM SISTEMAS OPERACIONAIS

1.3.19.1. O modelo do servidor ofertado deve estar certificado para o sistema operacional Windows Server 2019 x64 ou posterior, comprovado no Windows Server Catalog da Microsoft.

1.3.19.2. O modelo do servidor ofertado deve apresentar compatibilidade comprovada para o sistema de virtualização VMWare ESX 8.0 ou posterior, comprovado no Guia de Compatibilidade da VMWare.

1.3.20. GERENCIAMENTO

1.3.20.1. Deverá fornecer um conjunto de hardware e software de gerência, do mesmo fabricante do servidor, compatível com o padrão IPMI 2.0 e/ou SNMP que possibilite o gerenciamento remoto através de controladora de gerenciamento integrada com porta RJ-45 dedicada, e software de gerenciamento que ofereça as seguintes funções para a solução ofertada.



- 1.3.20.2. Permitir o monitoramento remoto, de todo o hardware das condições de funcionamento dos equipamentos e seus componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladora RAID, discos, fontes de alimentação, NICs e ventiladores;
- 1.3.20.3. Trabalhar com console remoto que ofereça controle pleno do servidor, isto é, com funcionalidades de uma console local independente do funcionamento do sistema operacional.
- 1.3.20.4. Ligar e desligar o servidor remotamente.
- 1.3.20.5. Receber alertas de pré-falhas e defeitos de discos e memórias.
- 1.3.20.6. Possibilidade de emissão de inventário de hardware.
- 1.3.20.7. Deve possuir interface ethernet dedicada, suportando alocação fixa de endereço IP.
- 1.3.20.8. Fornecer recursos de hardware e software para acesso ao console (vídeo, teclado e mouse) de cada servidor.
- 1.3.20.9. Permitir redirecionamento de mídia (mídia virtual).
- 1.3.20.10. Controle dos servidores via KVM Virtual (Teclado, Vídeo e Mouse) dispensando o uso de switches KVM.
- 1.3.20.11. Permitir acesso a BIOS remotamente.
- 1.3.20.12. Suporte a SSL, SSH e SNMP v3
- 1.3.20.13. Integração com o AD (Active Directory).
- 1.3.20.14. Suporte ao LDAP (Lightweight Directory Access Protocol).
- 1.3.20.15. Permitir acesso através de navegador web (sem necessidade de cliente específico).
- 1.3.20.16. Operar independentemente da CPU do servidor e do sistema operacional, mesmo se a CPU ou o sistema operacional estiverem travados ou inacessíveis de alguma forma.
- 1.3.20.17. Permitir a criação de grupos de usuários.
- 1.3.20.18. Deve o software de gerência ser do mesmo fabricante do hardware.
- 1.3.20.19. Deve o fornecedor dos equipamentos implementar e configurar toda a solução de gerenciamento (KVM Virtual mencionado acima).



1.3.20.20. Permitir a instalação, update e configuração remota de sistemas operacionais, drivers e firmwares, através de solução de *deployment* compatível com a solução ofertada;

1.3.20.21. Deve possibilitar o download automático de atualizações de firmwares, BIOS e drivers diretamente do site do fabricante ou repositório local;

1.3.20.22. Permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto, compartilhamentos de rede NFS/CIFS e dispositivos de armazenamento USB remotos;

1.3.20.23. Deve possuir funcionalidade que permita que os discos locais do servidor sejam apagados de forma definitiva através de tecnologia de regravação de dados ou similar. Esta funcionalidade deve possibilitar que sejam definitivamente apagados quaisquer disco dentro do servidor, suportando, no mínimo discos físicos (HDDs), discos criptografados (SEDs) e dispositivos de memória não volátil (SSDs e NVMe);

1.3.20.24. As atualizações de firmwares, BIOS e drivers devem possuir tecnologia de verificação de integridade do fabricante, de modo a garantir a autenticidade do servidor;

1.3.21. COMPONENTES E ACESSÓRIOS

1.3.21.1. O fabricante do servidor deve disponibilizar em seu site, download gratuito de todos os drivers, BIOS e firmwares dos componentes que compõem este servidor.

1.3.21.2. Deverá ser fornecido kit de trilhos e braço organizador de cabos, ambos do mesmo fabricante do servidor ofertado, para fixação dos servidores em rack 19 polegadas padrão EIA-310D.

1.3.21.3. Os trilhos devem permitir o deslizamento do servidor a fim de facilitar a manutenção.

1.3.21.4. Devem acompanhar todos os cabos e conectores necessários à instalação e utilização do equipamento.

1.3.21.5. Cabos de alimentação elétrica do tipo NBR 14136 e C13/C14.

1.3.22. GARANTIA



1.3.22.1. Os equipamentos deverão ter garantia de funcionamento do fabricante pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

1.3.22.2. Suporte e garantia consistem em um serviço de prestação de assistência intelectual, tecnológica e material os itens da solução sob cobertura contratual, complementada pela garantia da operacionalidade dos equipamentos por meio de troca/substituição de componentes em falhas e atualizações de firmware/software embarcados para correção de falhas e aprimoramento dos requisitos de segurança da informação.

1.3.22.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar Central de atendimento para recebimento e registro da demanda do CONTRATANTE em regime 24 x 7, ou seja, 24 horas contínuas do dia, em todos os dias da semana. O registro dos chamados deverá ser identificado por número de protocolo e informado ao CONTRATANTE.

1.3.22.4. Na hipótese de riscos de descontinuidade operacional dos equipamentos envolvidos no atendimento, devido à necessidade de aplicação de solução de correção ou atualização, a intervenção técnica poderá ser agendada fora de horário comercial.

1.3.22.5. Os equipamentos (hardware) deverão estar cobertos pelo suporte técnico e garantia durante a vigência do contrato.

1.3.22.6. Durante todo o período de garantia e suporte técnico, a CONTRATADA deverá garantir o funcionamento dos equipamentos e deverá prestar serviços de assistência técnica a solução (aos equipamentos e ao software de backup) por meio de manutenção preventiva, manutenção corretiva, troca e reposição de componentes, sem ônus para o CONTRATANTE.

1.3.22.7. A CONTRATADA poderá realizar manutenções preventivas a pedido do CONTRATANTE ou por iniciativa própria desde que se estabeleça junto ao CONTRATANTE um agendamento prévio para tais atividades.

1.3.22.8. Caberá ao CFM requisitar o suporte técnico, ficando a CONTRATADA obrigada a realizá-lo, nos prazos máximos definidos no item 9.1.20 – Níveis Mínimos de Serviços.



1.3.22.9. A solução de defeito apresentado na solução deverá ser realizada por técnico especializado, a ser realizado nas instalações da unidade do CONTRATANTE situada na Asa Sul, Brasília -DF, que consertará a peça defeituosa ou a substituirá por outra com característica e qualidade iguais ou superiores ou efetuará a configuração ou reparação do software para o seu pleno funcionamento.

1.3.22.10. As peças e equipamentos que apresentarem defeitos deverão ser reparados e/ou trocados e todas as despesas inerentes à reposição e transporte destes correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus.

1.3.22.11. A CONTRATADA deverá substituir, sem ônus adicionais, quaisquer peças e/ou componentes dos equipamentos, mecânicos ou eletrônicos, que se encontrem quebrados, com defeitos ou gastos pelo uso normal, por um de qualidade e desempenho idênticos ou superiores, novos e de primeiro uso, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE.

1.3.22.12. Entende-se por término de atendimento a disponibilidade do equipamento para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, juntamente com o recebimento, pela CONTRATANTE, do relatório técnico de atendimento emitido pela CONTRATADA.

1.3.22.13. O relatório técnico de atendimento emitido pela CONTRATADA deverá conter, no mínimo: data e hora da solicitação, do início e do término do atendimento, identificação do problema e providências adotadas, além das demais informações pertinentes.

1.3.22.14. A CONTRATADA deverá prestar todas as informações solicitadas pelo CONTRATANTE sobre o andamento do atendimento do suporte e de garantia imediatamente ao ser solicitado.

1.3.22.15. Para a execução de atendimento de instalação ou desinstalação de quaisquer soluções ou equipamentos, é necessária autorização da CONTRATANTE.

1.3.22.16. No caso de substituição de peças, componentes e/ou equipamentos, a CONTRATADA deverá informar: data e hora da solicitação da peça, componente ou



do novo equipamento e data e hora da substituição da peça, componente ou de entrega do novo equipamento.

1.3.22.17. É garantido à CONTRATADA o direito de contestação dos resultados da apuração dos tempos para atendimento do serviço de suporte técnico, bem como de apresentar as justificativas que se fizerem necessárias.

1.3.22.18. Regras para o serviço de atendimento do serviço de suporte técnico envolvendo resolução de incidentes e/ou problemas:

1.3.22.19. Regras e prazos para o serviço de suporte técnico uma vez constatada necessidade de configuração da solução, ajustes, substituição de peças, componentes e equipamentos:

1.3.22.20. Iniciado o atendimento e detectada a necessidade de substituição de peças e/ou componentes, o prazo máximo para o reparo será de 168 (cento e sessenta e oito) horas corridas, a contar do registro de tal fato no chamado aberto pelo CONTRATANTE.

1.3.22.21. Iniciado o atendimento e detectada a necessidade de substituição de um dos equipamentos, o prazo máximo para a troca será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do registro do fato no chamado aberto pelo CONTRATANTE.

1.3.22.22. Caso seja necessária a substituição do servidor de backup simultaneamente, de forma que a rotina de backup do CFM esteja paralisada em função do defeito, a CONTRATADA deverá fornecer ao menos um servidor de backup substituto de configurações iguais ou superiores em até 72 (setenta e duas) horas a contar da constatação da necessidade. O(s) servidor(es) substituto(s) deve(m) ficar nas instalações do CFM até que os originais sejam substituídos.

1.3.22.23. As peças, componentes e equipamentos trocados deverão ser novos (não utilizados ou recondicionados) e homologados pelo Fabricante, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE.

1.3.22.24. As novas peças, componentes e equipamentos deverão ter especificação igual ou superior àqueles substituídos.

1.3.22.25. Todas as solicitações de suporte técnico devem ser registradas pela CONTRATADA, para acompanhamento e controle da execução do serviço.



1.3.22.26. A CONTRATADA deverá dispor de equipe técnica qualificada para a prestação de todos os serviços técnicos previstos neste Termo de Referência.

1.3.22.27. Os serviços técnicos deverão sempre ser executados por profissionais que detenham os conhecimentos requeridos para a execução dos serviços detalhados em Ordem de Serviços ou Chamados Técnicos.

1.3.22.28. A execução dos serviços técnicos deverá ser realizada pela CONTRATADA ou diretamente pelo fabricante com acompanhamento e supervisão da área técnica do CONTRATANTE.

1.3.22.29. Os serviços técnicos deverão ser executados nas dependências do CONTRATANTE.

1.3.22.30. O serviço de suporte técnico deverá ser prestado no idioma português.

1.3.22.31. Caso a CONTRATADA não consiga executar a Ordem de Serviço ou Chamado Técnico conforme as condições demandadas, deverá comunicar ao fiscal por escrito, justificando os fatos e motivos que impediram sua execução, cabendo ao gestor acatar ou não a justificativa.

1.3.22.32. A CONTRATADA deverá realizar a verificação da qualidade antes da entrega dos produtos gerados, visando artefatos livres de defeitos e de desconformidades. O CONTRATANTE também realizará a sua verificação da qualidade com vistas ao aceite dos produtos gerados pela CONTRATADA, utilizando os critérios de aceitação inclusos de acordo com cada Chamado Técnico.

1.3.22.33. Os casos de atrasos deverão ser motivados, explicando as razões que os fundamentaram.

1.3.22.34. Versões eletrônicas de todos os artefatos envolvidos no Chamado Técnico (quando possível) devem ser entregues à Fiscalização.

1.3.22.35. Os atrasos não justificados ou não aceitos pela fiscalização do contrato estarão sujeitos à aplicação das sanções cabíveis.

1.3.23. Níveis Mínimos de Serviços- criticidade dos chamados

1.3.23.1. **Criticidade 1:** Alto impacto na operação do CONTRATANTE, caracterizado por interrupção completa do serviço de backup ou da restauração de dados a partir da solução de backup (software e hardware).



1.3.23.2. **Criticidade 2:** Impacto parcial na operação do CONTRATANTE, caracterizado por degradação do serviço de backup relacionada ao funcionamento da solução, perda de funcionalidades ou comportamento suspeito.

1.3.23.3. **Criticidade 3:** Impacto mínimo na operação do CONTRATANTE, caracterizado por perda ou degradação mínima de funcionalidades não críticas dos equipamentos.

1.3.23.4. Os chamados técnicos para resolução de incidentes e/ou problemas, não levando em conta os prazos extras necessários para as substituições de peças, componentes ou equipamentos, deverão cumprir os seguintes prazos de atendimento e conclusão de acordo com os níveis de criticidade.

1.3.23.5. Para os casos de criticidade 1, o tempo máximo para início de atendimento deve ser 4 horas, e o tempo máximo para conclusão deve ser até o próximo dia útil.

1.3.23.6. Para os casos de criticidade 2, o tempo máximo para início de atendimento deve ser 12 horas, e o tempo máximo para conclusão deve ser de até 2 dias úteis.

1.3.23.7. Para os casos de criticidade 3, o tempo máximo para início de atendimento deve ser 24 horas, e o tempo máximo para conclusão deve ser de até 3 dias úteis.

Criticidade	Prazo para início do atendimento a partir da abertura do chamado	Prazo para conclusão do atendimento a partir da abertura do chamado
1	4 horas	Próximo dia útil
2	12 horas	2 dias úteis
3	24 horas	3 dias úteis

Tabela 2 – Criticidade e tempo de resposta

1.3.23.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.



1.3.23.9. Orientações sobre Suporte e Utilização.

1.3.23.10. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, deve ser fornecida para o corpo técnico do CFM orientação necessária sobre acionamento tanto do suporte da CONTRATADA quanto da garantia do fabricante dos equipamentos.

1.3.23.11. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, deve ser fornecida para o corpo técnico do CFM orientação necessária sobre a utilização dos equipamentos.

1.4.ITEM 02 – SERVIDOR RACK TIPO II

1.4.2. CHASSI

1.4.2.1. O equipamento fornecido deverá ser compatível com rack de servidores, padrão 19”, ocupando, no máximo, 2 (duas) unidade de rack (2U) de forma a abrigar todas as controladoras, gavetas e elementos de alimentação elétrica de acordo com o recomendado pelo fabricante do equipamento.

1.4.2.2. Possuir botão liga/desliga na parte frontal do equipamento.

1.4.2.3. Possuir display ou LED's frontais embutidos no gabinete para monitoramento das condições de funcionamento dos principais componentes do servidor através da exibição de alertas de falha, minimamente como: falhas de memória RAM, falhas de fontes de alimentação, falhas de disco rígido e falhas de refrigeração.

1.4.2.4. Possuir ventiladores hot-plug com redundância, configurados em sua totalidade para suportar a configuração máxima do equipamento.

1.4.2.5. Deve acompanhar todos os acessórios (trilhos deslizantes, braços organizadores de cabos, suportes, conectores, parafusos, roscas, porcas, etc.) próprios para a montagem em racks de 19”.

1.4.2.6. O servidor e seus componentes deverão ser novos, sem utilização anterior e em linha de fabricação na data da entrega.

1.4.3. PLACA PRINCIPAL

1.4.3.1. Possuir instruções que implementem extensões de virtualização de I/O;

1.4.3.2. Deve possuir chip de segurança chip TPM (Trusted Platform Module) integrado, versão 2.0 ou superior;



1.4.3.3. Atualização da BIOS deverá ser por meio de interface gráfica, através de utilitário próprio do fabricante;

1.4.4. BIOS

1.4.4.1. Tipo Flash EPROM, atualizável por software com o padrão plug-and-play, sendo suportada a atualização remota da BIOS por meio de software de gerenciamento.

1.4.4.2. Desenvolvida pelo fabricante em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>). A compatibilidade com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na **categoria Promoters**.

1.4.4.3. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede.

1.4.4.4. Permitir a inserção do número do patrimônio e acesso ao número de série do equipamento na própria BIOS.

1.4.4.5. BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 ou ISO/IEC 19678 e NIST 800-193 baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da BIOS antes de passar o controle de execução a mesma.

1.4.4.6. A BIOS e suas ferramentas deverão possuir interface acessível através de teclado e mouse.

1.4.4.7. A BIOS deve possuir uma cópia de segurança armazenada localmente ou na nuvem, através da qual o equipamento é capaz de realizar a validação de integridade da BIOS do sistema, garantindo assim que a versão utilizada esteja íntegra, sem alteração geradas por códigos maliciosos.

1.4.4.8. A BIOS deve possuir no próprio hardware, cópia de segurança capaz de restaurar automaticamente, caso a BIOS seja corrompida ou ocorra falha durante sua atualização.

1.4.4.9. A Deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicialização o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS;



1.4.4.10. Deverá permitir salvar as configurações em arquivo e carregá-las em outro equipamento do mesmo modelo facilitando a aplicação automatizada de configurações e políticas de segurança.

1.4.4.11. Deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos copyright sobre essa BIOS, comprovados através de declaração fornecida pelo fabricante do equipamento, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas.

1.4.4.12. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante.

1.4.4.13. Possuir suporte ACPI (*Advanced Configuration and Power Interface*).

1.4.4.14. Deve ter a função de auto recuperação no caso de erro/corrompimento da BIOS no momento da atualização.

1.4.4.15. Deverá permitir acesso remoto ao sistema operacional e processo de inicialização do microcomputador por meio de interface gráfica, com controle remoto do mouse e teclado, independentemente do suporte de aplicações locais ou estado do sistema operacional. Deverá funcionar perfeitamente em ambiente com 802.1X e MS-CHAP V2. A tecnologia de gerenciamento remoto deve solicitar ao usuário código de acesso ou senha e sinalizar enquanto o equipamento estiver sendo acessado.

1.4.5. PROCESSADOR

1.4.5.1. Possuir 02 (dois) processadores de arquitetura x86, projetados para utilização em servidores e suporte a virtualização, que esteja em sua versão mais atual disponível pelo fabricante.

1.4.5.2. Deve possuir Velocidade (clock) base de, no mínimo, 3.5 GHz.

1.4.5.3. Possuir no mínimo 48 (quarenta e oito) núcleos.

1.4.5.4. Memória cache L3 de no mínimo 256 MB.

1.4.5.5. O modelo do processador ofertado deverá ser explicitado na proposta de fornecimento.



1.4.5.6. O processador deverá estar em linha de produção pelo fabricante, sendo aceitos apenas modelos de processador que estejam na última versão.

Não serão aceitos processadores descontinuados.

1.4.5.7. TDP (*Thermal Design Power*) básica de no máximo 400W;

1.4.5.8. Processador com performance, mínima 100000 (cem mil) pontos, no *Performance Test 10* da Passmark software. O desempenho será comprovado por intermédio de resultados BenchMark, disponível em: <https://www.cpubenchmark.net/> ou Índice “SPEC CPU2017 Integer Rate”, auditado de, no mínimo, 695 (baseline) para a configuração do equipamento ofertado. O índice utilizado como referência será validado junto ao site da Internet <http://www.spec.org>, até a data de abertura do pregão.

1.4.5.9. Deverá ser fornecido o modelo de processador, que não poderá constar na lista de fim de vida (EOL) ou de vendas (EOS) nos próximos 06 (seis) meses à da de abertura o certame.

1.4.5.10. O processador deve possuir instruções AVX e extensões de virtualização.

1.4.5.11. Tecnologia de ajuste dinâmico do consumo de energia através do controle do clock e voltagem do processador baseado na utilização da CPU

1.4.6. MEMÓRIA RAM.

1.4.6.1. Deve possuir 1024 GB (mil e vinte e quatro) Gigabytes de memória RAM

1.4.6.2. Deverá suportar, no mínimo, escalabilidade para 2 TB de memória sem a substituição dos módulos já instalados na configuração ofertada, através da aquisição de módulos de Memória RAM, ou seja, deverá ser ofertado com quantidade de slots de memória livres suficientes para expandir o servidor até pelo menos 2 TB.

1.4.6.3. Memória RAM principal DDR4(ou superior) RDIMM ou LRDIMM, de 6.400 MHz (seis mil e quatrocentos megahertz), com detecção e correção de erros (ECC) ou correção avançada de erros (Advanced ECC ou SDDC).

1.4.6.4. Todos os pentes de memória devem ser obrigatoriamente do mesmo tamanho.



1.4.7. PORTAS DE ENTRADA/SAÍDA

1.4.7.1. Possuir as seguintes portas situadas na parte traseira do gabinete:

- iii. No mínimo 1 (uma) porta de vídeo VGA padrão DB-15.
- iv. No mínimo 2 (duas) portas USB 3.0 ou superior.

1.4.7.2. Possuir as seguintes portas situadas na parte frontal do gabinete:

- ii. No mínimo 1 (uma) porta USB 2.0 ou superior.

1.4.8. CONTROLADORA HBA

1.4.8.1. O equipamento deve possuir, no mínimo, 02 (duas) portas padrão Fibre Channel, que permita ligações de 8 Gb/s, 16 Gb/s e 32 Gb/s, com respectivos transceivers SW LC de 32Gb, instaladas em slot PCI-Express versão 3.0 de oito vias (x8) ou superior e com seguintes especificações:

1.4.8.2. Deve ser fornecida com 02 cordões óticos do tipo LC com, no mínimo 3 metros, acompanhado de seus respectivos Transceivers SW com suporte a 32GB/s, compatíveis com as interfaces instaladas. Os transceivers fornecidos deverão ser do mesmo fabricante.

1.4.8.3. Operar nas velocidades de 8Gb/s, 16Gb/s e 32Gb/s.

1.4.8.4. Operar em modo full-duplex.

1.4.8.5. Suporte a fibre channel classes 2 e/ou 3.

1.4.9. INTERFACES DE REDE 1GB

1.4.9.1. O servidor deverá possuir no mínimo 2 (duas) portas 1GbE (um gigabit ethernet), com interfaces RJ45 com as seguintes especificações:

- iii. Suporte a PXE.
- iv. Suporte a autonegociação.

1.4.9.2. Suporte a agregação de tráfego (LACP, IEEE 802.3ad) / redundância usando *teaming Channel Bonding*.

1.4.9.3. Suporte a Jumbo Frame.

1.4.9.4. Suporte a controle de fluxo 802.3x

1.4.9.5. Interface compatível com RJ-45.

1.4.9.6. Indicador (LED) de atividade da rede.

1.4.9.7. Capacidade de operação full-duplex.



1.4.9.8. Não deverão ser contabilizadas portas de uso exclusivo para gerenciamento interno do equipamento.

1.4.10. INTERFACES DE REDE 25GB

1.4.10.1. O servidor deverá possuir no mínimo 2 (duas) portas do tipo SFP28 com suporte a 10Gbase-SR e 25GBase-SR, com conector LC.

1.4.10.2. Deve ser fornecida com 02 (dois) cordões óticos do tipo LC-LC com, no mínimo 3 metros cada, acompanhado de 2 (dois) transceivers SFP28, cada cordão ótico, com suporte a 10Gbase-SR e 25GBase-SR compatíveis com as interfaces instaladas

1.4.11. CONTROLADORA RAID

1.4.11.1. Controladora RAID de discos internos com as seguintes características técnicas:

1.4.11.2. Suportar drives SSD (Solid-State Drive) e HDD (Hard Disk Drive).

1.4.11.3. Memória cache de no mínimo 8GB de capacidade.

1.4.11.4. Proteção da cache através de memória flash não volátil.

1.4.11.5. Suportar RAID 0, 1, 5, 6, 10, 5+0 e 6+0, via hardware.

1.4.11.6. Possuir canais SAS 12 Gb/s, suficientes para suportar a quantidade máxima de discos do servidor.

1.4.11.7. Permitir expansão de volumes de forma on-line.

1.4.11.8. Permitir migração de RAID de forma on-line.

1.4.11.9. Permitir implementação de drives hot-sparing no formato global e dedicado.

1.4.11.10. Suportar tecnologia S.M.A.R.T.

1.4.12. ARMAZENAMENTO

1.4.12.1. Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (Solid State Drive) EDSFF E3.S.

1.4.12.2. Utilização de padrão NVMe com interface PCI express Gen5 ou superior.

1.4.12.3. Possuir no mínimo 10(dez) discos NVMe.

1.4.12.4. Capacidade mínima de 1.92TB cada disco.

1.4.12.5. Discos padrão hot-pluggable.

1.4.13. FONTE DE ALIMENTAÇÃO



1.4.13.1. Possuir fontes de alimentação hot-plug em redundância (1+1).

1.4.13.2. Cada fonte de alimentação deve possuir:

- ii. Eficiência energética de no mínimo 92% (80Plus Platinum ou Titanium) quando em carga de 50%, com potência mínima de 1100W, suficientes para operação do servidor em sua configuração máxima.

1.4.13.3. Suportar e operar nas faixas de tensão de entrada de 100-240 VAC em 60 Hz.

1.4.13.4. Possuir LED indicador de status que permita monitor e diagnosticar as condições de funcionamento da mesma.

1.4.13.5. Devem vir acompanhadas de cabos de alimentação com amperagem compatível com a potência da fonte de alimentação.

1.4.13.6. Cabos de alimentação com conector padrão IEC C13/C14 ou C13/NBR14136 e amperagem compatível com a potência da fonte de alimentação.

1.4.14. SISTEMA OPERACIONAL

1.4.14.1. O equipamento proposto não deverá vir acompanhado de sistema operacional.

1.4.15. COMPATIBILIDADE COM SISTEMAS OPERACIONAIS

1.4.15.1. O modelo do servidor ofertado deve estar certificado para o sistema operacional Windows Server 2019 x64 ou posterior, comprovado no Windows Server Catalog da Microsoft.

1.4.15.2. O modelo do servidor ofertado deve apresentar compatibilidade comprovada para o sistema de virtualização VMWare ESX 8.0 ou posterior, comprovado no Guia de Compatibilidade da VMWare.

1.4.16. GERENCIAMENTO

1.4.16.1. Deverá fornecer um conjunto de hardware e software de gerência, do mesmo fabricante do servidor, compatível com o padrão IPMI 2.0 e/ou SNMP que possibilite o gerenciamento remoto através de controladora de gerenciamento integrada com porta RJ-45 dedicada, e software de gerenciamento que ofereça as seguintes funções para a solução ofertada.



- 1.4.16.2. Permitir o monitoramento remoto, de todo o hardware das condições de funcionamento dos equipamentos e seus componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladora RAID, discos, fontes de alimentação, NICs e ventiladores;
- 1.4.16.3. Trabalhar com console remoto que ofereça controle pleno do servidor, isto é, com funcionalidades de uma console local independente do funcionamento do sistema operacional.
- 1.4.16.4. Ligar e desligar o servidor remotamente.
- 1.4.16.5. Receber alertas de pré-falhas e defeitos de discos e memórias.
- 1.4.16.6. Possibilidade de emissão de inventário de hardware.
- 1.4.16.7. Deve possuir interface ethernet dedicada, suportando alocação fixa de endereço IP.
- 1.4.16.8. Fornecer recursos de hardware e software para acesso ao console (vídeo, teclado e mouse) de cada servidor.
- 1.4.16.9. Permitir redirecionamento de mídia (mídia virtual).
- 1.4.16.10. Controle dos servidores via KVM Virtual (Teclado, Vídeo e Mouse) dispensando o uso de switches KVM.
- 1.4.16.11. Permitir acesso a BIOS remotamente.
- 1.4.16.12. Suporte a SSL, SSH e SNMP v3
- 1.4.16.13. Integração com o AD (Active Directory).
- 1.4.16.14. Suporte ao LDAP (Lightweight Directory Access Protocol).
- 1.4.16.15. Permitir acesso através de navegador web (sem necessidade de cliente específico).
- 1.4.16.16. Operar independentemente da CPU do servidor e do sistema operacional, mesmo se a CPU ou o sistema operacional estiverem travados ou inacessíveis de alguma forma.
- 1.4.16.17. Permitir a criação de grupos de usuários.
- 1.4.16.18. Deve o software de gerência ser do mesmo fabricante do hardware.
- 1.4.16.19. Deve o fornecedor dos equipamentos implementar e configurar toda a solução de gerenciamento (KVM Virtual mencionado acima).



1.4.16.20. Permitir a instalação, update e configuração remota de sistemas operacionais, drivers e firmwares, através de solução de deployment compatível com a solução ofertada;

1.4.16.21. Deve possibilitar o download automático de atualizações de firmwares, BIOS e drivers diretamente do site do fabricante ou repositório local

1.4.16.22. Permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto, compartilhamentos de rede NFS/CIFS e dispositivos de armazenamento USB remotos;

1.4.16.23. Deve possuir funcionalidade que permita que os discos locais do servidor sejam apagados de forma definitiva através de tecnologia de regravação de dados ou similar. Esta funcionalidade deve possibilitar que sejam definitivamente apagados quaisquer disco dentro do servidor, suportando, no mínimo discos físicos (HDDs), discos criptografados (SEDs) e dispositivos de memória não volátil (SSDs e NVMe);

1.4.16.24. As atualizações de firmwares, BIOS e drivers devem possuir tecnologia de verificação de integridade do fabricante, de modo a garantir a autenticidade do servidor;

1.4.17. COMPONENTES E ACESSÓRIOS

1.4.17.1. O fabricante do servidor deve disponibilizar em seu site, download gratuito de todos os drivers, BIOS e firmwares dos componentes que compõem este servidor.

1.4.17.2. Deverá ser fornecido kit de trilhos e braço organizador de cabos, ambos do mesmo fabricante do servidor ofertado, para fixação dos servidores em rack 19 polegadas padrão EIA-310D.

1.4.17.3. Os trilhos devem permitir o deslizamento do servidor a fim de facilitar a manutenção.

1.4.17.4. Devem acompanhar todos os cabos e conectores necessários à instalação e utilização do equipamento.

1.4.17.5. Cabos de alimentação elétrica do tipo NBR 14136 e C13/C14.

1.4.18. GARANTIA



1.4.18.1. Os equipamentos deverão ter garantia de funcionamento do fabricante pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

1.4.18.2. Suporte e garantia consistem em um serviço de prestação de assistência intelectual, tecnológica e material os itens da solução sob cobertura contratual, complementada pela garantia da operacionalidade dos equipamentos por meio de troca/substituição de componentes em falhas e atualizações de firmware/software embarcados para correção de falhas e aprimoramento dos requisitos de segurança da informação.

1.4.18.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar Central de atendimento para recebimento e registro da demanda do CONTRATANTE em regime 24 x 7, ou seja, 24 horas contínuas do dia, em todos os dias da semana. O registro dos chamados deverá ser identificado por número de protocolo e informado ao CONTRATANTE.

1.4.18.4. Na hipótese de riscos de descontinuidade operacional dos equipamentos envolvidos no atendimento, devido à necessidade de aplicação de solução de correção ou atualização, a intervenção técnica poderá ser agendada fora de horário comercial.

1.4.18.5. Os equipamentos (hardware) deverão estar cobertos pelo suporte técnico e garantia durante a vigência do contrato.

1.4.18.6. Durante todo o período de garantia e suporte técnico, a CONTRATADA deverá garantir o funcionamento dos equipamentos e deverá prestar serviços de assistência técnica a solução (aos equipamentos e ao software de backup) por meio de manutenção preventiva, manutenção corretiva, troca e reposição de componentes, sem ônus para o CONTRATANTE.

1.4.18.7. A CONTRATADA poderá realizar manutenções preventivas a pedido do CONTRATANTE ou por iniciativa própria desde que se estabeleça junto ao CONTRATANTE um agendamento prévio para tais atividades.

1.4.18.8. Caberá ao CFM requisitar o suporte técnico, ficando a CONTRATADA obrigada a realizá-lo, nos prazos máximos definidos no item 9.2.20 – Níveis Mínimos de Serviços.



1.4.18.9. A solução de defeito apresentado na solução deverá ser realizada por técnico especializado, a ser realizado nas instalações da unidade do CONTRATANTE situada na Asa Sul, Brasília -DF, que consertará a peça defeituosa ou a substituirá por outra com característica e qualidade iguais ou superiores ou efetuará a configuração ou reparação do software para o seu pleno funcionamento.

1.4.18.10. As peças e equipamentos que apresentarem defeitos deverão ser reparados e/ou trocados e todas as despesas inerentes à reposição e transporte destes correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus.

1.4.18.11. A CONTRATADA deverá substituir, sem ônus adicionais, quaisquer peças e/ou componentes dos equipamentos, mecânicos ou eletrônicos, que se encontrem quebrados, com defeitos ou gastos pelo uso normal, por um de qualidade e desempenho idênticos ou superiores, novos e de primeiro uso, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE.

1.4.18.12. Entende-se por término de atendimento a disponibilidade do equipamento para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, juntamente com o recebimento, pela CONTRATANTE, do relatório técnico de atendimento emitido pela CONTRATADA.

1.4.18.13. O relatório técnico de atendimento emitido pela CONTRATADA deverá conter, no mínimo: data e hora da solicitação, do início e do término do atendimento, identificação do problema e providências adotadas, além das demais informações pertinentes.

1.4.18.14. A CONTRATADA deverá prestar todas as informações solicitadas pelo CONTRATANTE sobre o andamento do atendimento do suporte e de garantia imediatamente ao ser solicitado.

1.4.18.15. Para a execução de atendimento de instalação ou desinstalação de quaisquer soluções ou equipamentos, é necessária autorização da CONTRATANTE.

1.4.18.16. No caso de substituição de peças, componentes e/ou equipamentos, a CONTRATADA deverá informar: data e hora da solicitação da peça, componente ou



do novo equipamento e data e hora da substituição da peça, componente ou de entrega do novo equipamento.

1.4.18.17. É garantido à CONTRATADA o direito de contestação dos resultados da apuração dos tempos para atendimento do serviço de suporte técnico, bem como de apresentar as justificativas que se fizerem necessárias.

1.4.18.18. Regras para o serviço de atendimento do serviço de suporte técnico envolvendo resolução de incidentes e/ou problemas:

1.4.18.19. Regras e prazos para o serviço de suporte técnico uma vez constatada necessidade de configuração da solução, ajustes, substituição de peças, componentes e equipamentos:

1.4.18.20. Iniciado o atendimento e detectada a necessidade de substituição de peças e/ou componentes, o prazo máximo para o reparo será de 168 (cento e sessenta e oito) horas corridas, a contar do registro de tal fato no chamado aberto pelo CONTRATANTE.

1.4.18.21. Iniciado o atendimento e detectada a necessidade de substituição de um dos equipamentos, o prazo máximo para a troca será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do registro do fato no chamado aberto pelo CONTRATANTE.

1.4.18.22. Caso seja necessária a substituição do servidor de backup simultaneamente, de forma que a rotina de backup do CFM esteja paralisada em função do defeito, a CONTRATADA deverá fornecer ao menos um servidor de backup substituto de configurações iguais ou superiores em até 72 (setenta e duas) horas a contar da constatação da necessidade. O(s) servidor(es) substituto(s) deve(m) ficar nas instalações do CFM até que os originais sejam substituídos.

1.4.18.23. As peças, componentes e equipamentos trocados deverão ser novos (não utilizados ou recondicionados) e homologados pelo Fabricante, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE.

1.4.18.24. As novas peças, componentes e equipamentos deverão ter especificação igual ou superior àqueles substituídos.

1.4.18.25. Todas as solicitações de suporte técnico devem ser registradas pela CONTRATADA, para acompanhamento e controle da execução do serviço.



1.4.18.26. A CONTRATADA deverá dispor de equipe técnica qualificada para a prestação de todos os serviços técnicos previstos neste Termo de Referência.

1.4.18.27. Os serviços técnicos deverão sempre ser executados por profissionais que detenham os conhecimentos requeridos para a execução dos serviços detalhados em Ordem de Serviços ou Chamados Técnicos.

1.4.18.28. A execução dos serviços técnicos deverá ser realizada pela CONTRATADA ou diretamente pelo fabricante com acompanhamento e supervisão da área técnica do CONTRATANTE.

1.4.18.29. Os serviços técnicos deverão ser executados nas dependências do CONTRATANTE.

1.4.18.30. O serviço de suporte técnico deverá ser prestado no idioma português.

1.4.18.31. Caso a CONTRATADA não consiga executar a Ordem de Serviço ou Chamado Técnico conforme as condições demandadas, deverá comunicar ao fiscal por escrito, justificando os fatos e motivos que impediram sua execução, cabendo ao gestor acatar ou não a justificativa.

1.4.18.32. A CONTRATADA deverá realizar a verificação da qualidade antes da entrega dos produtos gerados, visando artefatos livres de defeitos e de desconformidades. O CONTRATANTE também realizará a sua verificação da qualidade com vistas ao aceite dos produtos gerados pela CONTRATADA, utilizando os critérios de aceitação inclusos de acordo com cada Chamado Técnico.

1.4.18.33. Os casos de atrasos deverão ser motivados, explicando as razões que os fundamentaram.

1.4.18.34. Versões eletrônicas de todos os artefatos envolvidos no Chamado Técnico (quando possível) devem ser entregues à Fiscalização.

1.4.18.35. Os atrasos não justificados ou não aceitos pela fiscalização do contrato estarão sujeitos à aplicação das sanções cabíveis.

1.4.19. Níveis Mínimos de Serviços- criticidade dos chamados

1.4.19.1. **Criticidade 1:** Alto impacto na operação do CONTRATANTE, caracterizado por interrupção completa do serviço de backup ou da restauração de dados a partir da solução de backup (software e hardware).



1.4.19.2. **Criticidade 2:** Impacto parcial na operação do CONTRATANTE, caracterizado por degradação do serviço de backup relacionada ao funcionamento da solução, perda de funcionalidades ou comportamento suspeito.

1.4.19.3. **Criticidade 3:** Impacto mínimo na operação do CONTRATANTE, caracterizado por perda ou degradação mínima de funcionalidades não críticas dos equipamentos.

1.4.19.4. Os chamados técnicos para resolução de incidentes e/ou problemas, não levando em conta os prazos extras necessários para as substituições de peças, componentes ou equipamentos, deverão cumprir os seguintes prazos de atendimento e conclusão de acordo com os níveis de criticidade.

1.4.19.5. Para os casos de criticidade 1, o tempo máximo para início de atendimento deve ser 4 horas, e o tempo máximo para conclusão deve ser até o próximo dia útil.

1.4.19.6. Para os casos de criticidade 2, o tempo máximo para início de atendimento deve ser 12 horas, e o tempo máximo para conclusão deve ser de até 2 dias úteis.

1.4.19.7. Para os casos de criticidade 3, o tempo máximo para início de atendimento deve ser 24 horas, e o tempo máximo para conclusão deve ser de até 3 dias úteis.

Criticidade	Prazo para início do atendimento a partir da abertura do chamado	Prazo para conclusão do atendimento a partir da abertura do chamado
1	4 horas	Próximo dia útil
2	12 horas	2 dias úteis
3	24 horas	3 dias úteis

Tabela 2 – Criticidade e tempo de resposta

1.4.19.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

1.4.20. Orientações sobre Suporte e Utilização.



1.4.20.1. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, deve ser fornecida para o corpo técnico do CFM orientação necessária sobre acionamento tanto do suporte da CONTRATADA quanto da garantia do fabricante dos equipamentos.

1.4.20.2. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, deve ser fornecida para o corpo técnico do CFM orientação necessária sobre a utilização dos equipamentos.

1.5 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão às últimas.

1.6 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- ✓ Edital da Licitação;
- ✓ Termo de Referência;
- ✓ A Proposta do FORNECEDOR REGISTRADO;
- ✓ Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITAVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem no item 1 desta Ata.

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O quantitativo de registro de preço se destina à futura e exclusiva adesão de órgão do Sistema Conselhos de Medicina, que é formado pelo Conselho Federal



de Medicina (CFM) e pelos Conselhos Regionais de Medicina (CRM's), conforme necessidades de cada órgão.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.3.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

4.3.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.3.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.3.2.2 Mantiverem sua proposta original.

4.3.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



4.4 O registro a que se refere o item 4.3.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.5 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.6 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.3.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.6.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

4.6.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas.

4.7 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.8 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.9 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.10 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e



observado o disposto no item 4.6, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.11 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

4.11.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5 CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



5.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6 – CLÁUSULA SEXTA – DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar



negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



8 – CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1 Por razão de interesse público;



- 8.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9 – CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 15.1, acima, neste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 15.1, acima, neste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.2.4. Multa:

- a) Moratória de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias;
- b) O atraso superior a 40 (quarenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
- c) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 15.1, de 20% a 30% do valor do Contrato;
- d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 15.1, de 15% a 20% do valor do Contrato;
- e) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 15.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato;
- f) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 15.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
- g) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 15.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
 - i. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - ii. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - iii. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art.157, da Lei nº 14.133, de 2021)



iv. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.2.4.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.2.4.2. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2.4.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.2.4.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.2.5. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora



ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.2.6. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.2.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na formado art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.2.8. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9 – CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

10.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado do orçamento estimado, em 22/01/2026.

10.2 Após o interregno de um ano, a pedido do Fornecedor Registrado, os preços poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



10.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao Fornecedor Registrado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

14.9 **Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:**

11.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata;



- 11.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 11.1.3. Receber o objeto fornecido pelo FORNECEDOR REGISTRADO que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 11.1.4. Aplicar ao FORNECEDOR REGISTRADO as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando aplicável;
- 11.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento ao FORNECEDOR REGISTRADO, dentro dos prazos preestabelecidos em Ata;
- 11.1.6. Comunicar ao FORNECEDOR REGISTRADO todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 11.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do FORNECEDOR REGISTRADO, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 11.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

12.1 Constituem obrigações do FORNECEDOR REGISTRADO:

- 12.1.1** Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto ao ÓRGÃO GERENCIADOR, que deverá responder pela fiel execução da Ata;
- 12.1.2** Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização da Ata, inerentes à execução do objeto contratual;
- 12.1.3** Reparar quaisquer danos diretamente causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes



legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo FORNECEDOR REGISTRADO;

- 12.1.4** Propiciar todos os meios necessários à fiscalização da Ata pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 12.1.5** Manter, durante toda a execução da Ata, as mesmas condições da habilitação;
- 12.1.6** Quando especificada, manter, durante a execução da Ata, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 12.1.7** Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução da Ata;
- 12.1.8** Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 12.1.9** Fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando for o caso;

13 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 Na adjudicação por preço global por item, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.



14.2 E, por estarem assim justas e contratadas e de acordo, assinam as partes o presente instrumento, na forma eletrônica, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Brasília-DF, de de 2026.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
ÓRGÃO GERENCIADOR

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
FORNECEDOR REGISTRADO



ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI 25.0.000011691-5

CONTRATO CFM Nº 90005/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO.

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIDORES DE REDE TIPO RACK, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, Autarquia Federal de Fiscalização da Profissão Médica, instituída pela Lei nº 3.268 de 30 de setembro de 1957 e regulamentada pelo Decreto nº 6.821 de 14 de abril de 2009 que alterou o Decreto 44.045 de 19 de julho de 1958, alterada pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, com sede no SGAS 616 Conj. D, Lote 115 – L2 SUL Brasília - DF, CNPJ nº 33.583.550/0001-30, CF/DF nº 33583550000130, por seu representante legal, consoante delegação de competência conferida pela Lei nº 3.268/57, neste ato representado pelo seu Presidente, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, médico, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE** e do outro lado à empresa XXXXXXXXXXXX, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, estabelecida à XXXXXXXXXXXX, representada neste ato pelo Sr. XXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado à XXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo SEI nº 25.0.000011691-5** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente



Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 90005/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contrato para **AQUISIÇÃO DE SERVIDORES DE REDE TIPO RACK**, de acordo com as especificações técnicas que constam do Termo de Referência e seus anexos, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 TABELA DE OBJETOS

Item	Descrição	Aquisição Imediata
01	Servidor Rack Tipo I	2
02	Servidor Rack Tipo II	2

1.3. Os objetos desta contratação deverão ser entregues ou disponibilizados em até 60 (sessenta) dias corridos após a assinatura do contrato, respeitando-se as observações contidas em cada item constante deste termo de referência.

1.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

1.5. **As entregas deverão ser feitas na sede do CFM, SGAS Sul 616 Conj. D, Lote 115, Brasília - DF.** CEP: 70.200-760, no horário de 08:00 às 17:00, de segunda a sexta-feira.

1.6. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.6.1 O Termo de Referência;

1.6.2 O Edital da Licitação;

1.6.3 A Proposta da contratada;



1.6.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4 A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo



aditivo.

2.6 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7 O contrato não poderá ser prorrogado quando a contratada tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DESCRIÇÃO DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1.1. ITEM 01 – SERVIDOR RACK TIPO I

3.1.1.1. Os equipamentos entregues deverão possuir todos os componentes e as mesmas características do equipamento ofertado no edital, sendo aceitos componentes e especificações superiores.

3.1.1.1. Não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora as condições normais recomendadas pelo fabricante, ou dos componentes, tais como, alterações de frequência de *clock* (*overclock*), características de disco ou memória, e drivers não recomendados pelo fabricante do equipamento.

3.1.1.2. Os equipamentos devem ser novos, sem uso, e estarem em linha de produção na data de abertura do pregão.

3.1.1.3. Deverão ser entregues todos os cabos, drivers e manuais necessários à sua instalação bem como a de seus componentes.

3.1.2. CHASSI

3.1.2.1. O equipamento fornecido deverá ser compatível com rack de servidores, padrão 19”, ocupando, no máximo, 2 (duas) unidade de rack (2U) de forma a abrigar



todas as controladoras, gavetas e elementos de alimentação elétrica de acordo com o recomendado pelo fabricante do equipamento.

3.1.2.2. Possuir botão liga/desliga na parte frontal do equipamento.

3.1.2.3. Possuir display ou LED's frontais embutidos no gabinete para monitoramento das condições de funcionamento dos principais componentes do servidor através da exibição de alertas de falha, minimamente como: falhas de memória RAM, falhas de fontes de alimentação, falhas de disco rígido e falhas de refrigeração.

3.1.2.4. Possuir ventiladores hot-plug com redundância, configurados em sua totalidade para suportar a configuração máxima do equipamento.

3.1.2.5. Deve acompanhar todos os acessórios (trilhos deslizantes, braços organizadores de cabos, suportes, conectores, parafusos, roscas, porcas, etc.) próprios para a montagem em racks de 19".

3.1.2.6. O servidor e seus componentes deverão ser novos, sem utilização anterior e em linha de fabricação na data da entrega.

3.1.3. PLACA PRINCIPAL

3.1.3.1. Possuir instruções que implementem extensões de virtualização de I/O;

3.1.3.2. Deve possuir chip de segurança chip TPM (Trusted Platform Module) integrado, versão 2.0 ou superior;

3.1.3.3. Atualização da BIOS deverá ser por meio de interface gráfica, através de utilitário próprio do fabricante;

3.1.4. BIOS

3.1.4.1. Tipo Flash EPROM, atualizável por software com o padrão *plug-and-play*, sendo suportada a atualização remota da BIOS por meio de software de gerenciamento.

3.1.4.2. Desenvolvida pelo fabricante em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>). A compatibilidade com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na **categoria Promoters**.

3.1.4.3. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede.

3.1.4.4. Permitir a inserção do número do patrimônio e acesso ao número de série do equipamento na própria BIOS.



3.1.4.5. BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 ou ISO/IEC 19678 e NIST 800-193 baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da BIOS antes de passar o controle de execução a mesma.

3.1.4.6. A BIOS e suas ferramentas deverão possuir interface acessível através de teclado e mouse.

3.1.4.7. A BIOS deve possuir uma cópia de segurança armazenada localmente ou na nuvem, através da qual o equipamento é capaz de realizar a validação de integridade da BIOS do sistema, garantindo assim que a versão utilizada esteja íntegra, sem alteração geradas por códigos maliciosos.

3.1.4.8. A BIOS deve possuir no próprio hardware, cópia de segurança capaz de restaurar automaticamente, caso a BIOS seja corrompida ou ocorra falha durante sua atualização.

3.1.4.9. A Deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicialização o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS;

3.1.4.10. Deverá permitir salvar as configurações em arquivo e carregá-las em outro equipamento do mesmo modelo facilitando a aplicação automatizada de configurações e políticas de segurança.

3.1.4.11. Deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos copyright sobre essa BIOS, comprovados através de declaração fornecida pelo fabricante do equipamento, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas.

3.1.4.12. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante.

3.1.4.13. Possuir suporte ACPI (*Advanced Configuration and Power Interface*).

3.1.4.14. Deve ter a função de auto recuperação no caso de erro/corrompimento da BIOS no momento da atualização.

3.1.4.15. Deverá permitir acesso remoto ao sistema operacional e processo de inicialização do microcomputador por meio de interface gráfica, com controle remoto



do mouse e teclado, independentemente do suporte de aplicações locais ou estado do sistema operacional. Deverá funcionar perfeitamente em ambiente com 802.1X e MS-CHAP V2. A tecnologia de gerenciamento remoto deve solicitar ao usuário código de acesso ou senha e sinalizar enquanto o equipamento estiver sendo acessado.

3.1.5. PROCESSADOR

3.1.5.1. Possuir 01 (um) processador de arquitetura x86, projetados para utilização em servidores e suporte a virtualização, que esteja em sua versão mais atual disponível pelo fabricante.

3.1.5.2. Deve possuir Velocidade (*clock*) base de, no mínimo, 4.1 GHz.

3.1.5.3. Possuir 16 (dezesesseis) núcleos.

3.1.5.4. Memória cache L3 de no mínimo 512 MB.

3.1.5.5. O modelo do processador ofertado deverá ser explicitado na proposta de fornecimento.

3.1.5.6. **O processador deverá estar em linha de produção pelo fabricante, sendo aceitos apenas modelos de processador que estejam na última versão.** Não serão aceitos processadores descontinuados.

3.1.5.7. **TDP** (*Thermal Design Power*) básica de no máximo 320W;

3.1.5.8. Processador com performance, mínima 60000 (sessenta mil) pontos, no *Performance Test 10* da Passmark software. O desempenho será comprovado por intermédio de resultados BenchMark, disponível em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php), até a data de abertura do pregão.

3.1.5.9. Deverá ser fornecido o modelo de processador, que não poderá constar na lista de fim de vida (EOL) ou de vendas (EOS) nos próximos 06 (seis) meses à da de abertura o certame.

3.1.5.10. O processador deve possuir instruções AVX e extensões de virtualização.

3.1.5.11. Tecnologia de ajuste dinâmico do consumo de energia através do controle do clock e voltagem do processador baseado na utilização da CPU.

3.1.6. MEMÓRIA RAM

3.1.6.1. Deve possuir 512 GB (quinhentos e doze) Gigabytes de memória RAM.



3.1.6.2. Deverá suportar, no mínimo, escalabilidade para 1 TB de memória sem a substituição dos módulos já instalados na configuração ofertada, através da aquisição de módulos de Memória RAM, ou seja, deverá ser ofertado com quantidade de slots de memória livres suficientes para expandir o servidor até pelo menos 1 TB.

3.1.6.3. Memória RAM principal DDR4 (ou superior) RDIMM ou LRDIMM, de 6.400 MHz (seis mil e quatrocentos megahertz), com detecção e correção de erros (ECC) ou correção avançada de erros (Advanced ECC ou SDDC).

3.1.6.4. Todos os pentes de memória devem ser obrigatoriamente do mesmo tamanho.

3.1.7. PORTAS DE ENTRADA/SAÍDA

3.1.7.1. Possuir as seguintes portas situadas na parte traseira do gabinete:

- v. No mínimo 1 (uma) porta de vídeo VGA padrão DB-15.
- vi. No mínimo 2 (duas) portas USB 3.0 ou superior.

3.1.7.2. Possuir as seguintes portas situadas na parte frontal do gabinete:

- iii. No mínimo 1 (uma) porta USB 2.0 ou superior.

3.1.8. CONTROLADORA HBA

3.1.8.1. O equipamento deve possuir, no mínimo, 02 (duas) portas padrão Fibre Channel, que permita ligações de 8 Gb/s, 16 Gb/s e 32 Gb/s, com respectivos transceivers SW LC de 32Gb, instaladas em slot PCI-Express versão 3.0 de oito vias (x8) ou superior e com seguintes especificações:

3.1.8.2. Deve ser fornecida com 02 cordões óticos do tipo LC com, no mínimo 3 metros, acompanhado de seus respectivos Transceivers SW com suporte a 32GB/s, compatíveis **com as interfaces instaladas. Os transceivers fornecidos deverão ser do mesmo fabricante.**

3.1.8.3. Operar nas velocidades de 8Gb/s, 16Gb/s e 32Gb/s.

3.1.8.4. Operar em modo full-duplex.

3.1.8.5. Suporte a fibre channel classes 2 e/ou 3.

3.1.9. INTERFACES DE REDE 1GB

3.1.9.1. O servidor deverá possuir no mínimo 2 (duas) portas 1GbE (um gigabit ethernet), com interfaces RJ45 com as seguintes especificações:



- v. Suporte a PXE.
- vi. Suporte a autonegociação.

3.1.9.2. Suporte a agregação de tráfego (LACP, IEEE 802.3ad) / redundância usando teaming Channel Bonding”.

3.1.9.3. Suporte a Jumbo Frame.

3.1.9.4. Suporte a controle de fluxo 802.3x

3.1.9.5. Interface compatível com RJ-45.

3.1.9.6. Indicador (LED) de atividade da rede.

3.1.9.7. Capacidade de operação full-duplex.

3.1.9.8. Não deverão ser contabilizadas portas de uso exclusivo para gerenciamento interno do equipamento.

3.1.10. INTERFACES DE REDE 25GB

3.1.10.1. O servidor deverá possuir no mínimo 2 (duas) portas do tipo SFP28 com suporte a 10Gbase-SR e 25GBase-SR, com conector LC.

3.1.10.2. Deve ser fornecida com 02 (dois) cordões óticos do tipo LC-LC com, no mínimo 3 metros cada, acompanhado de 2 (dois) transceivers SFP28, cada cordão ótico, com suporte a 10Gbase-SR e 25GBase-SR compatíveis com as interfaces instaladas.

3.1.11. CONTROLADORA RAID

3.1.11.1. Controladora RAID de discos internos com as seguintes características técnicas:

3.1.11.2. Suportar drives SSD (*Solid-State Drive*) e HDD (*Hard Disk Drive*).

3.1.11.3. Memória cache de no mínimo 8GB de capacidade.

3.1.11.4. Proteção da cache através de memória flash não volátil.

3.1.11.5. Suportar RAID 0, 1, 5, 6, 10, 5+0 e 6+0, via hardware.

3.1.11.6. Possuir canais SAS 12 Gb/s, suficientes para suportar a quantidade máxima de discos do servidor.

3.1.11.7. Permitir expansão de volumes de forma on-line.

3.1.11.8. Permitir migração de RAID de forma on-line.

3.1.11.9. Permitir implementação de drives hot-sparing no formato global e dedicado.



3.1.11.10. Suportar tecnologia S.M.A.R.T.

3.1.12. ARMAZENAMENTO

3.1.12.1. Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (Solid State Drive) EDSFF E3.S.

3.1.12.2. Utilização de padrão NVMe com interface PCI express Gen5 ou superior.

3.1.12.3. Possuir, no mínimo, 10 (dez) discos NVMe.

3.1.12.4. Capacidade, mínima, de 1.92TB cada disco.

3.1.12.5. Discos padrão *hot-pluggable*.

3.1.13. FONTE DE ALIMENTAÇÃO

3.1.13.1. Possuir fontes de alimentação hot-plug em redundância (1+1).

3.1.14. Cada fonte de alimentação deve possuir:

3.1.14.1. Eficiência energética de no mínimo 92% (80Plus Platinum ou Titanium) quando em carga de 50%, com potência mínima de 1100W, suficientes para operação do servidor em sua configuração máxima.

3.1.14.2. Suportar e operar nas faixas de tensão de entrada de 100-240 VAC em 60 Hz.

3.1.14.3. Possuir LED indicador de status que permita monitor e diagnosticar as condições de funcionamento da mesma.

3.1.14.4. Devem vir acompanhadas de cabos de alimentação com amperagem compatível com a potência da fonte de alimentação.

3.1.14.5. Cabos de alimentação com conector padrão IEC C13/C14 ou C13/NBR14136 e amperagem compatível com a potência da fonte de alimentação.

3.1.15. SISTEMA OPERACIONAL

3.1.15.1. O equipamento proposto não deverá vir acompanhado de sistema operacional.

3.1.16. COMPATIBILIDADE COM SISTEMAS OPERACIONAIS

3.1.16.1. O modelo do servidor ofertado deve estar certificado para o sistema operacional Windows Server 2019 x64 ou posterior, comprovado no Windows Server Catalog da Microsoft.



3.1.16.2. O modelo do servidor ofertado deve apresentar compatibilidade comprovada para o sistema de virtualização VMWare ESX 8.0 ou posterior, comprovado no Guia de Compatibilidade da VMWare.

3.1.17. GERENCIAMENTO

3.1.17.1. Deverá fornecer um conjunto de hardware e software de gerência, do mesmo fabricante do servidor, compatível com o padrão IPMI 2.0 e/ou SNMP que possibilite o gerenciamento remoto através de controladora de gerenciamento integrada com porta RJ-45 dedicada, e software de gerenciamento que ofereça as seguintes funções para a solução ofertada.

3.1.17.2. Permitir o monitoramento remoto, de todo o hardware das condições de funcionamento dos equipamentos e seus componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladora RAID, discos, fontes de alimentação, NICs e ventiladores;

3.1.17.3. Trabalhar com console remoto que ofereça controle pleno do servidor, isto é, com funcionalidades de uma console local independente do funcionamento do sistema operacional.

3.1.17.4. Ligar e desligar o servidor remotamente.

3.1.17.5. Receber alertas de pré-falhas e defeitos de discos e memórias.

3.1.17.6. Possibilidade de emissão de inventário de hardware.

3.1.17.7. Deve possuir interface ethernet dedicada, suportando alocação fixa de endereço IP.

3.1.17.8. Fornecer recursos de hardware e software para acesso ao console (vídeo, teclado e mouse) de cada servidor.

3.1.17.9. Permitir redirecionamento de mídia (mídia virtual).

3.1.17.10. Controle dos servidores via KVM Virtual (Teclado, Vídeo e Mouse) dispensando o uso de switches KVM.

3.1.17.11. Permitir acesso a BIOS remotamente.

3.1.17.12. Suporte a SSL, SSH e SNMP v3

3.1.17.13. Integração com o AD (Active Directory).

3.1.17.14. Suporte ao LDAP (Lightweight Directory Access Protocol).



- 3.1.17.15. Permitir acesso através de navegador web (sem necessidade de cliente específico).
- 3.1.17.16. Operar independentemente da CPU do servidor e do sistema operacional, mesmo se a CPU ou o sistema operacional estiverem travados ou inacessíveis de alguma forma.
- 3.1.17.17. Permitir a criação de grupos de usuários.
- 3.1.17.18. Deve o software de gerência ser do mesmo fabricante do hardware.
- 3.1.17.19. Deve o fornecedor dos equipamentos implementar e configurar toda a solução de gerenciamento (KVM Virtual mencionado acima).
- 3.1.17.20. Permitir a instalação, update e configuração remota de sistemas operacionais, drivers e firmwares, através de solução de *deployment* compatível com a solução ofertada;
- 3.1.17.21. Deve possibilitar o download automático de atualizações de firmwares, BIOS e drivers diretamente do site do fabricante ou repositório local;
- 3.1.17.22. Permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto, compartilhamentos de rede NFS/CIFS e dispositivos de armazenamento USB remotos;
- 3.1.17.23. Deve possuir funcionalidade que permita que os discos locais do servidor sejam apagados de forma definitiva através de tecnologia de regravação de dados ou similar. Esta funcionalidade deve possibilitar que sejam definitivamente apagados quaisquer disco dentro do servidor, suportando, no mínimo discos físicos (HDDs), discos criptografados (SEDs) e dispositivos de memória não volátil (SSDs e NVMe);
- 3.1.17.24. As atualizações de firmwares, BIOS e drivers devem possuir tecnologia de verificação de integridade do fabricante, de modo a garantir a autenticidade do servidor;

3.1.18. COMPONENTES E ACESSÓRIOS

- 3.1.18.1. O fabricante do servidor deve disponibilizar em seu site, download gratuito de todos os drivers, BIOS e firmwares dos componentes que compõem este servidor.



3.1.18.2. Deverá ser fornecido kit de trilhos e braço organizador de cabos, ambos do mesmo fabricante do servidor ofertado, para fixação dos servidores em rack 19 polegadas padrão EIA-310D.

3.1.18.3. Os trilhos devem permitir o deslizamento do servidor a fim de facilitar a manutenção.

3.1.18.4. Devem acompanhar todos os cabos e conectores necessários à instalação e utilização do equipamento.

3.1.18.5. Cabos de alimentação elétrica do tipo NBR 14136 e C13/C14.

3.1.19. GARANTIA

3.1.19.1. Os equipamentos deverão ter garantia de funcionamento do fabricante pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

3.1.19.2. Suporte e garantia consistem em um serviço de prestação de assistência intelectual, tecnológica e material os itens da solução sob cobertura contratual, complementada pela garantia da operacionalidade dos equipamentos por meio de troca/substituição de componentes em falhas e atualizações de firmware/software embarcados para correção de falhas e aprimoramento dos requisitos de segurança da informação.

3.1.19.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar Central de atendimento para recebimento e registro da demanda do CONTRATANTE em regime 24 x 7, ou seja, 24 horas contínuas do dia, em todos os dias da semana. O registro dos chamados deverá ser identificado por número de protocolo e informado ao CONTRATANTE.

3.1.19.4. Na hipótese de riscos de descontinuidade operacional dos equipamentos envolvidos no atendimento, devido à necessidade de aplicação de solução de correção ou atualização, a intervenção técnica poderá ser agendada fora de horário comercial.

3.1.19.5. Os equipamentos (hardware) deverão estar cobertos pelo suporte técnico e garantia durante a vigência do contrato.

3.1.19.6. Durante todo o período de garantia e suporte técnico, a CONTRATADA deverá garantir o funcionamento dos equipamentos e deverá prestar serviços de



assistência técnica a solução (aos equipamentos e ao software de backup) por meio de manutenção preventiva, manutenção corretiva, troca e reposição de componentes, sem ônus para o CONTRATANTE.

3.1.19.7. A CONTRATADA poderá realizar manutenções preventivas a pedido do CONTRATANTE ou por iniciativa própria desde que se estabeleça junto ao CONTRATANTE um agendamento prévio para tais atividades.

3.1.19.8. Caberá ao CFM requisitar o suporte técnico, ficando a CONTRATADA obrigada a realizá-lo, nos prazos máximos definidos no item 9.1.20 – Níveis Mínimos de Serviços.

3.1.19.9. A solução de defeito apresentado na solução deverá ser realizada por técnico especializado, a ser realizado nas instalações da unidade do CONTRATANTE situada na Asa Sul, Brasília -DF, que consertará a peça defeituosa ou a substituirá por outra com característica e qualidade iguais ou superiores ou efetuará a configuração ou reparação do software para o seu pleno funcionamento.

3.1.19.10. As peças e equipamentos que apresentarem defeitos deverão ser reparados e/ou trocados e todas as despesas inerentes à reposição e transporte destes correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus.

3.1.19.11. A CONTRATADA deverá substituir, sem ônus adicionais, quaisquer peças e/ou componentes dos equipamentos, mecânicos ou eletrônicos, que se encontrem quebrados, com defeitos ou gastos pelo uso normal, por um de qualidade e desempenho idênticos ou superiores, novos e de primeiro uso, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE.

3.1.19.12. Entende-se por término de atendimento a disponibilidade do equipamento para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, juntamente com o recebimento, pela CONTRATANTE, do relatório técnico de atendimento emitido pela CONTRATADA.

3.1.19.13. O relatório técnico de atendimento emitido pela CONTRATADA deverá conter, no mínimo: data e hora da solicitação, do início e do término do atendimento,



identificação do problema e providências adotadas, além das demais informações pertinentes.

3.1.19.14. A CONTRATADA deverá prestar todas as informações solicitadas pelo CONTRATANTE sobre o andamento do atendimento do suporte e de garantia imediatamente ao ser solicitado.

3.1.19.15. Para a execução de atendimento de instalação ou desinstalação de quaisquer soluções ou equipamentos, é necessária autorização da CONTRATANTE.

3.1.19.16. No caso de substituição de peças, componentes e/ou equipamentos, a CONTRATADA deverá informar: data e hora da solicitação da peça, componente ou do novo equipamento e data e hora da substituição da peça, componente ou de entrega do novo equipamento.

3.1.19.17. É garantido à CONTRATADA o direito de contestação dos resultados da apuração dos tempos para atendimento do serviço de suporte técnico, bem como de apresentar as justificativas que se fizerem necessárias.

3.1.19.18. Regras para o serviço de atendimento do serviço de suporte técnico envolvendo resolução de incidentes e/ou problemas:

3.1.19.19. Regras e prazos para o serviço de suporte técnico uma vez constatada necessidade de configuração da solução, ajustes, substituição de peças, componentes e equipamentos:

3.1.19.20. Iniciado o atendimento e detectada a necessidade de substituição de peças e/ou componentes, o prazo máximo para o reparo será de 168 (cento e sessenta e oito) horas corridas, a contar do registro de tal fato no chamado aberto pelo CONTRATANTE.

3.1.19.21. Iniciado o atendimento e detectada a necessidade de substituição de um dos equipamentos, o prazo máximo para a troca será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do registro do fato no chamado aberto pelo CONTRATANTE.

3.1.19.22. Caso seja necessária a substituição do servidor de backup simultaneamente, de forma que a rotina de backup do CFM esteja paralisada em função do defeito, a CONTRATADA deverá fornecer ao menos um servidor de backup substituto de configurações iguais ou superiores em até 72 (setenta e duas) horas a



contar da constatação da necessidade. O(s) servidor(es) substituto(s) deve(m) ficar nas instalações do CFM até que os originais sejam substituídos.

3.1.19.23. As peças, componentes e equipamentos trocados deverão ser novos (não utilizados ou recondicionados) e homologados pelo Fabricante, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE.

3.1.19.24. As novas peças, componentes e equipamentos deverão ter especificação igual ou superior àqueles substituídos.

3.1.19.25. Todas as solicitações de suporte técnico devem ser registradas pela CONTRATADA, para acompanhamento e controle da execução do serviço.

3.1.19.26. A CONTRATADA deverá dispor de equipe técnica qualificada para a prestação de todos os serviços técnicos previstos neste Termo de Referência.

3.1.19.27. Os serviços técnicos deverão sempre ser executados por profissionais que detenham os conhecimentos requeridos para a execução dos serviços detalhados em Ordem de Serviços ou Chamados Técnicos.

3.1.19.28. A execução dos serviços técnicos deverá ser realizada pela CONTRATADA ou diretamente pelo fabricante com acompanhamento e supervisão da área técnica do CONTRATANTE.

3.1.19.29. Os serviços técnicos deverão ser executados nas dependências do CONTRATANTE.

3.1.19.30. O serviço de suporte técnico deverá ser prestado no idioma português.

3.1.19.31. Caso a CONTRATADA não consiga executar a Ordem de Serviço ou Chamado Técnico conforme as condições demandadas, deverá comunicar ao fiscal por escrito, justificando os fatos e motivos que impediram sua execução, cabendo ao gestor acatar ou não a justificativa.

3.1.19.32. A CONTRATADA deverá realizar a verificação da qualidade antes da entrega dos produtos gerados, visando artefatos livres de defeitos e de desconformidades. O CONTRATANTE também realizará a sua verificação da qualidade com vistas ao aceite dos produtos gerados pela CONTRATADA, utilizando os critérios de aceitação inclusos de acordo com cada Chamado Técnico.



3.1.19.33. Os casos de atrasos deverão ser motivados, explicando as razões que os fundamentaram.

3.1.19.34. Versões eletrônicas de todos os artefatos envolvidos no Chamado Técnico (quando possível) devem ser entregues à Fiscalização.

3.1.19.35. Os atrasos não justificados ou não aceitos pela fiscalização do contrato estarão sujeitos à aplicação das sanções cabíveis.

3.1.20. Níveis Mínimos de Serviços- criticidade dos chamados

3.1.20.1. **Criticidade 1:** Alto impacto na operação do CONTRATANTE, caracterizado por interrupção completa do serviço de backup ou da restauração de dados a partir da solução de backup (software e hardware).

3.1.20.2. **Criticidade 2:** Impacto parcial na operação do CONTRATANTE, caracterizado por degradação do serviço de backup relacionada ao funcionamento da solução, perda de funcionalidades ou comportamento suspeito.

3.1.20.3. **Criticidade 3:** Impacto mínimo na operação do CONTRATANTE, caracterizado por perda ou degradação mínima de funcionalidades não críticas dos equipamentos.

3.1.20.4. Os chamados técnicos para resolução de incidentes e/ou problemas, não levando em conta os prazos extras necessários para as substituições de peças, componentes ou equipamentos, deverão cumprir os seguintes prazos de atendimento e conclusão de acordo com os níveis de criticidade.

3.1.20.5. Para os casos de criticidade 1, o tempo máximo para início de atendimento deve ser 4 horas, e o tempo máximo para conclusão deve ser até o próximo dia útil.

3.1.20.6. Para os casos de criticidade 2, o tempo máximo para início de atendimento deve ser 12 horas, e o tempo máximo para conclusão deve ser de até 2 dias úteis.

3.1.20.7. Para os casos de criticidade 3, o tempo máximo para início de atendimento deve ser 24 horas, e o tempo máximo para conclusão deve ser de até 3 dias úteis.

Criticidade	Prazo para início do atendimento a partir da abertura do chamado	Prazo para conclusão do atendimento a partir da abertura do chamado
-------------	--	---



1	4 horas	Próximo dia útil
2	12 horas	2 dias úteis
3	24 horas	3 dias úteis

Tabela 2 – Criticidade e tempo de resposta

3.1.20.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

3.1.20.9. Orientações sobre Suporte e Utilização.

3.1.20.10. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, deve ser fornecida para o corpo técnico do CFM orientação necessária sobre acionamento tanto do suporte da CONTRATADA quanto da garantia do fabricante dos equipamentos.

3.1.20.11. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, deve ser fornecida para o corpo técnico do CFM orientação necessária sobre a utilização dos equipamentos.

3.2.ITEM 02 – SERVIDOR RACK TIPO II

3.2.1. CHASSI

3.2.1.1. O equipamento fornecido deverá ser compatível com rack de servidores, padrão 19”, ocupando, no máximo, 2 (duas) unidade de rack (2U) de forma a abrigar todas as controladoras, gavetas e elementos de alimentação elétrica de acordo com o recomendado pelo fabricante do equipamento.

3.2.1.2. Possuir botão liga/desliga na parte frontal do equipamento.

3.2.1.3. Possuir display ou LED's frontais embutidos no gabinete para monitoramento das condições de funcionamento dos principais componentes do servidor através da exibição de alertas de falha, minimamente como: falhas de memória RAM, falhas de fontes de alimentação, falhas de disco rígido e falhas de refrigeração.

3.2.1.4. Possuir ventiladores hot-plug com redundância, configurados em sua totalidade para suportar a configuração máxima do equipamento.



3.2.1.5. Deve acompanhar todos os acessórios (trilhos deslizantes, braços organizadores de cabos, suportes, conectores, parafusos, roscas, porcas, etc.) próprios para a montagem em racks de 19”.

3.2.1.6. O servidor e seus componentes deverão ser novos, sem utilização anterior e em linha de fabricação na data da entrega.

3.2.2. PLACA PRINCIPAL

3.2.2.1. Possuir instruções que implementem extensões de virtualização de I/O;

3.2.2.2. Deve possuir chip de segurança chip TPM (Trusted Platform Module) integrado, versão 2.0 ou superior;

3.2.2.3. Atualização da BIOS deverá ser por meio de interface gráfica, através de utilitário próprio do fabricante;

3.2.3. BIOS

3.2.3.1. Tipo Flash EPROM, atualizável por software com o padrão plug-and-play, sendo suportada a atualização remota da BIOS por meio de software de gerenciamento.

3.2.3.2. Desenvolvida pelo fabricante em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<http://www.uefi.org>). A compatibilidade com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na **categoria Promoters**.

3.2.3.3. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede.

3.2.3.4. Permitir a inserção do número do patrimônio e acesso ao número de série do equipamento na própria BIOS.

3.2.3.5. BIOS deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147 ou ISO/IEC 19678 e NIST 800-193 baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da BIOS antes de passar o controle de execução a mesma.

3.2.3.6. A BIOS e suas ferramentas deverão possuir interface acessível através de teclado e mouse.

3.2.3.7. A BIOS deve possuir uma cópia de segurança armazenada localmente ou na nuvem, através da qual o equipamento é capaz de realizar a validação de



integridade da BIOS do sistema, garantindo assim que a versão utilizada esteja íntegra, sem alteração geradas por códigos maliciosos.

3.2.3.8. A BIOS deve possuir no próprio hardware, cópia de segurança capaz de restaurar automaticamente, caso a BIOS seja corrompida ou ocorra falha durante sua atualização.

3.2.3.9. A Deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicialização o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS;

3.2.3.10. Deverá permitir salvar as configurações em arquivo e carregá-las em outro equipamento do mesmo modelo facilitando a aplicação automatizada de configurações e políticas de segurança.

3.2.3.11. Deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos copyright sobre essa BIOS, comprovados através de declaração fornecida pelo fabricante do equipamento, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas.

3.2.3.12. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante.

3.2.3.13. Possuir suporte ACPI (*Advanced Configuration and Power Interface*).

3.2.3.14. Deve ter a função de auto recuperação no caso de erro/corrupção da BIOS no momento da atualização.

3.2.3.15. Deverá permitir acesso remoto ao sistema operacional e processo de inicialização do microcomputador por meio de interface gráfica, com controle remoto do mouse e teclado, independentemente do suporte de aplicações locais ou estado do sistema operacional. Deverá funcionar perfeitamente em ambiente com 802.1X e MS-CHAP V2. A tecnologia de gerenciamento remoto deve solicitar ao usuário código de acesso ou senha e sinalizar enquanto o equipamento estiver sendo acessado.

3.2.4. PROCESSADOR



3.2.4.1. Possuir 02 (dois) processadores de arquitetura x86, projetados para utilização em servidores e suporte a virtualização, que esteja em sua versão mais atual disponível pelo fabricante.

3.2.4.2. Deve possuir Velocidade (clock) base de, no mínimo, 3.5 GHz.

3.2.4.3. Possuir no mínimo 48 (quarenta e oito) núcleos.

3.2.4.4. Memória cache L3 de no mínimo 256 MB.

3.2.4.5. O modelo do processador ofertado deverá ser explicitado na proposta de fornecimento.

3.2.4.6. **O processador deverá estar em linha de produção pelo fabricante, sendo aceitos apenas modelos de processador que estejam na última versão.** Não serão aceitos processadores descontinuados.

3.2.4.7. TDP (*Thermal Design Power*) básica de no máximo 400W;

3.2.4.8. Processador com performance, mínima 100000 (cem mil) pontos, no *Performance Test 10* da Passmark software. O desempenho será comprovado por intermédio de resultados BenchMark, disponível em: <https://www.cpubenchmark.net/> ou Índice “SPEC CPU2017 Integer Rate”, auditado de, no mínimo, 695 (baseline) para a configuração do equipamento ofertado. O índice utilizado como referência será validado junto ao site da Internet <http://www.spec.org>, até a data de abertura do pregão.

3.2.4.9. Deverá ser fornecido o modelo de processador, que não poderá constar na lista de fim de vida (EOL) ou de vendas (EOS) nos próximos 06 (seis) meses à data de abertura o certame.

3.2.4.10. O processador deve possuir instruções AVX e extensões de virtualização.

3.2.4.11. Tecnologia de ajuste dinâmico do consumo de energia através do controle do clock e voltagem do processador baseado na utilização da CPU

3.2.5. MEMÓRIA RAM.

3.2.5.1. Deve possuir 1024 GB (mil e vinte e quatro) Gigabytes de memória RAM

3.2.5.2. Deverá suportar, no mínimo, escalabilidade para 2 TB de memória sem a substituição dos módulos já instalados na configuração ofertada, através da



aquisição de módulos de Memória RAM, ou seja, deverá ser ofertado com quantidade de slots de memória livres suficientes para expandir o servidor até pelo menos 2 TB.

3.2.5.3. Memória RAM principal DDR4(ou superior) RDIMM ou LRDIMM, de 6.400 MHz (seis mil e quatrocentos megahertz), com detecção e correção de erros (ECC) ou correção avançada de erros (Advanced ECC ou SDDC).

3.2.5.4. Todos os pentes de memória devem ser obrigatoriamente do mesmo tamanho.

3.2.6. PORTAS DE ENTRADA/SAÍDA

3.2.6.1. Possuir as seguintes portas situadas na parte traseira do gabinete:

- v. No mínimo 1 (uma) porta de vídeo VGA padrão DB-15.
- vi. No mínimo 2 (duas) portas USB 3.0 ou superior.

3.2.6.2. Possuir as seguintes portas situadas na parte frontal do gabinete:

- iii. No mínimo 1 (uma) porta USB 2.0 ou superior.

3.2.7. CONTROLADORA HBA

3.2.7.1. O equipamento deve possuir, no mínimo, 02 (duas) portas padrão Fibre Channel, que permita ligações de 8 Gb/s, 16 Gb/s e 32 Gb/s, com respectivos transceivers SW LC de 32Gb, instaladas em slot PCI-Express versão 3.0 de oito vias (x8) ou superior e com seguintes especificações:

3.2.7.2. Deve ser fornecida com 02 cordões óticos do tipo LC com, no mínimo 3 metros, acompanhado de seus respectivos Transceivers SW com suporte a 32GB/s, compatíveis com as interfaces instaladas. Os transceivers fornecidos deverão ser do mesmo fabricante.

3.2.7.3. Operar nas velocidades de 8Gb/s, 16Gb/s e 32Gb/s.

3.2.7.4. Operar em modo full-duplex.

3.2.7.5. Suporte a fibre channel classes 2 e/ou 3.

3.2.8. INTERFACES DE REDE 1GB

3.2.8.1. O servidor deverá possuir no mínimo 2 (duas) portas 1GbE (um gigabit ethernet), com interfaces RJ45 com as seguintes especificações:

- v. Suporte a PXE.



vi. Suporte a autonegociação.

3.2.8.2. Suporte a agregação de tráfego (LACP, IEEE 802.3ad) / redundância usando *teaming Channel Bonding*".

3.2.8.3. Suporte a Jumbo Frame.

3.2.8.4. Suporte a controle de fluxo 802.3x

3.2.8.5. Interface compatível com RJ-45.

3.2.8.6. Indicador (LED) de atividade da rede.

3.2.8.7. Capacidade de operação full-duplex.

3.2.8.8. Não deverão ser contabilizadas portas de uso exclusivo para gerenciamento interno do equipamento.

3.2.9. INTERFACES DE REDE 25GB

3.2.9.1. O servidor deverá possuir no mínimo 2 (duas) portas do tipo SFP28 com suporte a 10Gbase-SR e 25GBase-SR, com conector LC.

3.2.9.2. Deve ser fornecida com 02 (dois) cordões óticos do tipo LC-LC com, no mínimo 3 metros cada, acompanhado de 2 (dois) transceivers SFP28, cada cordão ótico, com suporte a 10Gbase-SR e 25GBase-SR compatíveis com as interfaces instaladas

3.2.10. CONTROLADORA RAID

3.2.10.1. Controladora RAID de discos internos com as seguintes características técnicas:

3.2.10.2. Suportar drives SSD (Solid-State Drive) e HDD (Hard Disk Drive).

3.2.10.3. Memória cache de no mínimo 8GB de capacidade.

3.2.10.4. Proteção da cache através de memória flash não volátil.

3.2.10.5. Suportar RAID 0, 1, 5, 6, 10, 5+0 e 6+0, via hardware.

3.2.10.6. Possuir canais SAS 12 Gb/s, suficientes para suportar a quantidade máxima de discos do servidor.

3.2.10.7. Permitir expansão de volumes de forma on-line.

3.2.10.8. Permitir migração de RAID de forma on-line.

3.2.10.9. Permitir implementação de drives hot-sparing no formato global e dedicado.

3.2.10.10. Suportar tecnologia S.M.A.R.T.



3.2.11. ARMAZENAMENTO

3.2.11.1. Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (Solid State Drive) EDSFF E3.S.

3.2.11.2. Utilização de padrão NVMe com interface PCI express Gen5 ou superior.

3.2.11.3. Possuir no mínimo 10(dez) discos NVMe.

3.2.11.4. Capacidade mínima de 1.92TB cada disco.

3.2.11.5. Discos padrão hot-pluggable.

3.2.12. FONTE DE ALIMENTAÇÃO

3.2.12.1. Possuir fontes de alimentação hot-plug em redundância (1+1).

3.2.12.2. Cada fonte de alimentação deve possuir:

- iii. Eficiência energética de no mínimo 92% (80Plus Platinum ou Titanium) quando em carga de 50%, com potência mínima de 1100W, suficientes para operação do servidor em sua configuração máxima.

3.2.12.3. Suportar e operar nas faixas de tensão de entrada de 100-240 VAC em 60 Hz.

3.2.12.4. Possuir LED indicador de status que permita monitor e diagnosticar as condições de funcionamento da mesma.

3.2.12.5. Devem vir acompanhadas de cabos de alimentação com amperagem compatível com a potência da fonte de alimentação.

3.2.12.6. Cabos de alimentação com conector padrão IEC C13/C14 ou C13/NBR14136 e amperagem compatível com a potência da fonte de alimentação.

3.2.13. SISTEMA OPERACIONAL

3.2.13.1. O equipamento proposto não deverá vir acompanhado de sistema operacional.

3.2.14. COMPATIBILIDADE COM SISTEMAS OPERACIONAIS

3.2.14.1. O modelo do servidor ofertado deve estar certificado para o sistema operacional Windows Server 2019 x64 ou posterior, comprovado no Windows Server Catalog da Microsoft.



3.2.14.2. O modelo do servidor ofertado deve apresentar compatibilidade comprovada para o sistema de virtualização VMWare ESX 8.0 ou posterior, comprovado no Guia de Compatibilidade da VMWare.

3.2.15. GERENCIAMENTO

3.2.15.1. Deverá fornecer um conjunto de hardware e software de gerência, do mesmo fabricante do servidor, compatível com o padrão IPMI 2.0 e/ou SNMP que possibilite o gerenciamento remoto através de controladora de gerenciamento integrada com porta RJ-45 dedicada, e software de gerenciamento que ofereça as seguintes funções para a solução ofertada.

3.2.15.2. Permitir o monitoramento remoto, de todo o hardware das condições de funcionamento dos equipamentos e seus componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladora RAID, discos, fontes de alimentação, NICs e ventiladores;

3.2.15.3. Trabalhar com console remoto que ofereça controle pleno do servidor, isto é, com funcionalidades de uma console local independente do funcionamento do sistema operacional.

3.2.15.4. Ligar e desligar o servidor remotamente.

3.2.15.5. Receber alertas de pré-falhas e defeitos de discos e memórias.

3.2.15.6. Possibilidade de emissão de inventário de hardware.

3.2.15.7. Deve possuir interface ethernet dedicada, suportando alocação fixa de endereço IP.

3.2.15.8. Fornecer recursos de hardware e software para acesso ao console (vídeo, teclado e mouse) de cada servidor.

3.2.15.9. Permitir redirecionamento de mídia (mídia virtual).

3.2.15.10. Controle dos servidores via KVM Virtual (Teclado, Vídeo e Mouse) dispensando o uso de switches KVM.

3.2.15.11. Permitir acesso a BIOS remotamente.

3.2.15.12. Suporte a SSL, SSH e SNMP v3

3.2.15.13. Integração com o AD (Active Directory).

3.2.15.14. Suporte ao LDAP (Lightweight Directory Access Protocol).



3.2.15.15. Permitir acesso através de navegador web (sem necessidade de cliente específico).

3.2.15.16. Operar independentemente da CPU do servidor e do sistema operacional, mesmo se a CPU ou o sistema operacional estiverem travados ou inacessíveis de alguma forma.

3.2.15.17. Permitir a criação de grupos de usuários.

3.2.15.18. Deve o software de gerência ser do mesmo fabricante do hardware.

3.2.15.19. Deve o fornecedor dos equipamentos implementar e configurar toda a solução de gerenciamento (KVM Virtual mencionado acima).

3.2.15.20. Permitir a instalação, update e configuração remota de sistemas operacionais, drivers e firmwares, através de solução de deployment compatível com a solução ofertada;

3.2.15.21. Deve possibilitar o download automático de atualizações de firmwares, BIOS e drivers diretamente do site do fabricante ou repositório local

3.2.15.22. Permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto, compartilhamentos de rede NFS/CIFS e dispositivos de armazenamento USB remotos;

3.2.15.23. Deve possuir funcionalidade que permita que os discos locais do servidor sejam apagados de forma definitiva através de tecnologia de regravação de dados ou similar. Esta funcionalidade deve possibilitar que sejam definitivamente apagados quaisquer disco dentro do servidor, suportando, no mínimo discos físicos (HDDs), discos criptografados (SEDs) e dispositivos de memória não volátil (SSDs e NVMe);

3.2.15.24. As atualizações de firmwares, BIOS e drivers devem possuir tecnologia de verificação de integridade do fabricante, de modo a garantir a autenticidade do servidor;

3.2.16. COMPONENTES E ACESSÓRIOS

3.2.16.1. O fabricante do servidor deve disponibilizar em seu site, download gratuito de todos os drivers, BIOS e firmwares dos componentes que compõem este servidor.



3.2.16.2. Deverá ser fornecido kit de trilhos e braço organizador de cabos, ambos do mesmo fabricante do servidor ofertado, para fixação dos servidores em rack 19 polegadas padrão EIA-310D.

3.2.16.3. Os trilhos devem permitir o deslizamento do servidor a fim de facilitar a manutenção.

3.2.16.4. Devem acompanhar todos os cabos e conectores necessários à instalação e utilização do equipamento.

3.2.16.5. Cabos de alimentação elétrica do tipo NBR 14136 e C13/C14.

3.2.17. GARANTIA

3.2.17.1. Os equipamentos deverão ter garantia de funcionamento do fabricante pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

3.2.17.2. Suporte e garantia consistem em um serviço de prestação de assistência intelectual, tecnológica e material os itens da solução sob cobertura contratual, complementada pela garantia da operacionalidade dos equipamentos por meio de troca/substituição de componentes em falhas e atualizações de firmware/software embarcados para correção de falhas e aprimoramento dos requisitos de segurança da informação.

3.2.17.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar Central de atendimento para recebimento e registro da demanda do CONTRATANTE em regime 24 x 7, ou seja, 24 horas contínuas do dia, em todos os dias da semana. O registro dos chamados deverá ser identificado por número de protocolo e informado ao CONTRATANTE.

3.2.17.4. Na hipótese de riscos de descontinuidade operacional dos equipamentos envolvidos no atendimento, devido à necessidade de aplicação de solução de correção ou atualização, a intervenção técnica poderá ser agendada fora de horário comercial.

3.2.17.5. Os equipamentos (hardware) deverão estar cobertos pelo suporte técnico e garantia durante a vigência do contrato.

3.2.17.6. Durante todo o período de garantia e suporte técnico, a CONTRATADA deverá garantir o funcionamento dos equipamentos e deverá prestar serviços de



assistência técnica a solução (aos equipamentos e ao software de backup) por meio de manutenção preventiva, manutenção corretiva, troca e reposição de componentes, sem ônus para o CONTRATANTE.

3.2.17.7. A CONTRATADA poderá realizar manutenções preventivas a pedido do CONTRATANTE ou por iniciativa própria desde que se estabeleça junto ao CONTRATANTE um agendamento prévio para tais atividades.

3.2.17.8. Caberá ao CFM requisitar o suporte técnico, ficando a CONTRATADA obrigada a realizá-lo, nos prazos máximos definidos no item 9.2.20 – Níveis Mínimos de Serviços.

3.2.17.9. A solução de defeito apresentado na solução deverá ser realizada por técnico especializado, a ser realizado nas instalações da unidade do CONTRATANTE situada na Asa Sul, Brasília -DF, que consertará a peça defeituosa ou a substituirá por outra com característica e qualidade iguais ou superiores ou efetuará a configuração ou reparação do software para o seu pleno funcionamento.

3.2.17.10. As peças e equipamentos que apresentarem defeitos deverão ser reparados e/ou trocados e todas as despesas inerentes à reposição e transporte destes correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus.

3.2.17.11. A CONTRATADA deverá substituir, sem ônus adicionais, quaisquer peças e/ou componentes dos equipamentos, mecânicos ou eletrônicos, que se encontrem quebrados, com defeitos ou gastos pelo uso normal, por um de qualidade e desempenho idênticos ou superiores, novos e de primeiro uso, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE.

3.2.17.12. Entende-se por término de atendimento a disponibilidade do equipamento para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, juntamente com o recebimento, pela CONTRATANTE, do relatório técnico de atendimento emitido pela CONTRATADA.

3.2.17.13. O relatório técnico de atendimento emitido pela CONTRATADA deverá conter, no mínimo: data e hora da solicitação, do início e do término do atendimento,



identificação do problema e providências adotadas, além das demais informações pertinentes.

3.2.17.14. A CONTRATADA deverá prestar todas as informações solicitadas pelo CONTRATANTE sobre o andamento do atendimento do suporte e de garantia imediatamente ao ser solicitado.

3.2.17.15. Para a execução de atendimento de instalação ou desinstalação de quaisquer soluções ou equipamentos, é necessária autorização da CONTRATANTE.

3.2.17.16. No caso de substituição de peças, componentes e/ou equipamentos, a CONTRATADA deverá informar: data e hora da solicitação da peça, componente ou do novo equipamento e data e hora da substituição da peça, componente ou de entrega do novo equipamento.

3.2.17.17. É garantido à CONTRATADA o direito de contestação dos resultados da apuração dos tempos para atendimento do serviço de suporte técnico, bem como de apresentar as justificativas que se fizerem necessárias.

3.2.17.18. Regras para o serviço de atendimento do serviço de suporte técnico envolvendo resolução de incidentes e/ou problemas:

3.2.17.19. Regras e prazos para o serviço de suporte técnico uma vez constatada necessidade de configuração da solução, ajustes, substituição de peças, componentes e equipamentos:

3.2.17.20. Iniciado o atendimento e detectada a necessidade de substituição de peças e/ou componentes, o prazo máximo para o reparo será de 168 (cento e sessenta e oito) horas corridas, a contar do registro de tal fato no chamado aberto pelo CONTRATANTE.

3.2.17.21. Iniciado o atendimento e detectada a necessidade de substituição de um dos equipamentos, o prazo máximo para a troca será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do registro do fato no chamado aberto pelo CONTRATANTE.

3.2.17.22. Caso seja necessária a substituição do servidor de backup simultaneamente, de forma que a rotina de backup do CFM esteja paralisada em função do defeito, a CONTRATADA deverá fornecer ao menos um servidor de backup substituto de configurações iguais ou superiores em até 72 (setenta e duas) horas a



contar da constatação da necessidade. O(s) servidor(es) substituto(s) deve(m) ficar nas instalações do CFM até que os originais sejam substituídos.

3.2.17.23. As peças, componentes e equipamentos trocados deverão ser novos (não utilizados ou recondicionados) e homologados pelo Fabricante, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE.

3.2.17.24. As novas peças, componentes e equipamentos deverão ter especificação igual ou superior àqueles substituídos.

3.2.17.25. Todas as solicitações de suporte técnico devem ser registradas pela CONTRATADA, para acompanhamento e controle da execução do serviço.

3.2.17.26. A CONTRATADA deverá dispor de equipe técnica qualificada para a prestação de todos os serviços técnicos previstos neste Termo de Referência.

3.2.17.27. Os serviços técnicos deverão sempre ser executados por profissionais que detenham os conhecimentos requeridos para a execução dos serviços detalhados em Ordem de Serviços ou Chamados Técnicos.

3.2.17.28. A execução dos serviços técnicos deverá ser realizada pela CONTRATADA ou diretamente pelo fabricante com acompanhamento e supervisão da área técnica do CONTRATANTE.

3.2.17.29. Os serviços técnicos deverão ser executados nas dependências do CONTRATANTE.

3.2.17.30. O serviço de suporte técnico deverá ser prestado no idioma português.

3.2.17.31. Caso a CONTRATADA não consiga executar a Ordem de Serviço ou Chamado Técnico conforme as condições demandadas, deverá comunicar ao fiscal por escrito, justificando os fatos e motivos que impediram sua execução, cabendo ao gestor acatar ou não a justificativa.

3.2.17.32. A CONTRATADA deverá realizar a verificação da qualidade antes da entrega dos produtos gerados, visando artefatos livres de defeitos e de desconformidades. O CONTRATANTE também realizará a sua verificação da qualidade com vistas ao aceite dos produtos gerados pela CONTRATADA, utilizando os critérios de aceitação inclusos de acordo com cada Chamado Técnico.



3.2.17.33. Os casos de atrasos deverão ser motivados, explicando as razões que os fundamentaram.

3.2.17.34. Versões eletrônicas de todos os artefatos envolvidos no Chamado Técnico (quando possível) devem ser entregues à Fiscalização.

3.2.17.35. Os atrasos não justificados ou não aceitos pela fiscalização do contrato estarão sujeitos à aplicação das sanções cabíveis.

3.2.18. Níveis Mínimos de Serviços- criticidade dos chamados

3.2.18.1. **Criticidade 1:** Alto impacto na operação do CONTRATANTE, caracterizado por interrupção completa do serviço de backup ou da restauração de dados a partir da solução de backup (software e hardware).

3.2.18.2. **Criticidade 2:** Impacto parcial na operação do CONTRATANTE, caracterizado por degradação do serviço de backup relacionada ao funcionamento da solução, perda de funcionalidades ou comportamento suspeito.

3.2.18.3. **Criticidade 3:** Impacto mínimo na operação do CONTRATANTE, caracterizado por perda ou degradação mínima de funcionalidades não críticas dos equipamentos.

3.2.18.4. Os chamados técnicos para resolução de incidentes e/ou problemas, não levando em conta os prazos extras necessários para as substituições de peças, componentes ou equipamentos, deverão cumprir os seguintes prazos de atendimento e conclusão de acordo com os níveis de criticidade.

3.2.18.5. Para os casos de criticidade 1, o tempo máximo para início de atendimento deve ser 4 horas, e o tempo máximo para conclusão deve ser até o próximo dia útil.

3.2.18.6. Para os casos de criticidade 2, o tempo máximo para início de atendimento deve ser 12 horas, e o tempo máximo para conclusão deve ser de até 2 dias úteis.

3.2.18.7. Para os casos de criticidade 3, o tempo máximo para início de atendimento deve ser 24 horas, e o tempo máximo para conclusão deve ser de até 3 dias úteis.

Criticidade	Prazo para início do atendimento a partir da abertura do chamado	Prazo para conclusão do atendimento a partir da abertura do chamado
-------------	--	---



1	4 horas	Próximo dia útil
2	12 horas	2 dias úteis
3	24 horas	3 dias úteis

Tabela 2 – Criticidade e tempo de resposta

3.2.18.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

3.2.19. Orientações sobre Suporte e Utilização.

3.2.19.1. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, deve ser fornecida para o corpo técnico do CFM orientação necessária sobre acionamento tanto do suporte da CONTRATADA quanto da garantia do fabricante dos equipamentos.

3.2.19.2. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, deve ser fornecida para o corpo técnico do CFM orientação necessária sobre a utilização dos equipamentos.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 – CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**5.1 APRESENTAR TABELA COM A DESCRIÇÃO COMPLETA DOS VALORES.**

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



6 – CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Da retenção dos Impostos

TRIBUTOS FEDERAIS (IRPJ, PIS, COFINS E CSLL)

- ✓ Lei nº 9.430 27/12/1996, ARTIGO 64
- ✓ Lei nº 10.833 29/12/2003, ARTIGO 33, 34 E 35
- ✓ Instrução Normativa Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 11/01/2012.

TRIBUTOS PREVIDENCIÁRIOS (INSS)

- ✓ Instrução Normativa Receita Federal do Brasil nº 2.110 de 19/10/2022
Artigos 110 a 122.

TRIBUTOS DISTRITAIS (ISS DISTRITO FEDERAL)

- ✓ DECRETO 25.508 DE 19/01/2005 (ISS)
- ✓ DECRETO 43.982 DE 05/12/2022 (Institui o Sistema de Gestão, Fiscalização e Arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS)

Liquidação

6.2 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.3 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.3.1 O prazo de validade;



- 6.3.2 A data da emissão;
- 6.3.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.3.4 O período respectivo de execução do contrato;
- 6.3.5 O valor a pagar; e
- 6.3.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada



improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.11 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.12 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

6.13 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



6.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.16 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.17 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado do orçamento estimado, em 22/01/2026.

7.2 Após o interregno de um ano, a pedido do Fornecedor Registrado, os preços poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao Fornecedor Registrado a importância calculada pela última



variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8 – CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

8.1.2 Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

8.1.3 Receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

8.1.4 Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando aplicável;

8.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;



- 8.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 8.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 8.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

9. – CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

- 9.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 9.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 9.1.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;
- 9.1.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;



- 9.1.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 9.1.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 9.1.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 9.1.9. Fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando for o caso;

10. – CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre



todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratada.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.



10.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11. – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 15.1, acima, neste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 15.1, acima, neste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. **Multa:**

- a) Moratória de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias;
- b) O atraso superior a 40 (quarenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
- c) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 15.1, de 20% a 30% do valor do Contrato;
- d) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 15.1, de 15% a 20% do valor do Contrato;
- e) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 15.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato;
- f) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 15.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
- g) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 15.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
 - i. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - ii. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).



iii. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art.157, da Lei nº 14.133, de 2021)

iv. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.2.4.2. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2.4.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- f) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- g) as peculiaridades do caso concreto;
- h) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- i) os danos que dela provierem para o Contratante;
- j) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2.4.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.2.5. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a



prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.6. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na formado art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.2.8. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da contratação objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos 6.2.2.1.2.44.90.52.004 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E DOS GESTORES



13.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4 A CONTRATADA poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5 Após a assinatura do contrato a CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

13.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica



13.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

13.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

13.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

13.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

13.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

13.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

13.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

13.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).



13.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade decorrente da execução dos serviços, tais como imperfeições técnicas, falhas na implementação, não conformidades com os requisitos definidos na Ordem de Serviço, violação de direitos de propriedade intelectual, incidentes de segurança da informação ou descumprimento das boas práticas de engenharia de software. Em nenhuma hipótese a ação fiscalizatória da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais implicará corresponsabilidade pela execução dos serviços, seus resultados ou eventuais danos decorrentes.

Gestores do Contrato

13.16 A fiscalização e acompanhamento da execução do presente contrato estará a cargo dos funcionários **Sr. THIAGO CORDEIRO DE ARAÚJO - FISCAL TITULAR, e o Sr. MARCELO SODRÉ SILVA – FISCAL SUBSTITUTO**, especialmente designado, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos.

13.17. Cabe ao gestor do contrato:

13.17.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.17.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



13.17.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

13.17.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.17.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.17.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13.17.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 A contratada é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



16.4 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

16.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.5.3 Indenizações e multas.

16.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.7 O contrato poderá ser extinto caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO E DOS CASOS OMISSOS

17.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal, em Brasília-DF, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou ações oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

17.2 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e,



subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17.3 E, por estarem assim justas e contratadas e de acordo, assinam as partes o presente instrumento, na forma eletrônica, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Brasília-DF, de de 2026.

**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CONTRATANTE**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA**



ANEXO V

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Uni.	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Uni.	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade